



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SUBNUTRIÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0155/08	DATA: 12/03/2008
INÍCIO: 14h45min	TÉRMINO: 17h11min	DURAÇÃO: 2h25min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h26min	PÁGINAS: 53	QUARTOS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Presidente da Fundação Nacional do Índio — FUNAI.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento. Deliberação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavras ininteligíveis.
Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Muito boa-tarde, Sras. e Srs. Deputados, profissionais da imprensa.

Damos início a mais uma reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, as conseqüências e os responsáveis pela morte de crianças indígenas, entre 2005 e 2007.

Como fazemos rotineiramente em todas as audiências públicas, ou ouvindo autoridades convocadas, iniciamos a nossa sessão e sobrestamos a pauta até que tenhamos *quorum* regimental para deliberar. Isso quer dizer: aprovar aquelas matérias que exigem efetivamente o *quorum* mínimo para deliberação.

Por isso mesmo, consulto aos Srs. Deputados se podemos começar, já que acusamos a presença do Dr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio, está aqui como autoridade convocada. Não há nenhum óbice.

Iniciamos a nossa reunião, convidando o Dr. Márcio Augusto Freitas de Meira para, ao lado do nosso Relator, Vicentinho Alves... (*Pausa.*)

Comunico à Comissão que o Dr. Márcio já assinou a assentada, na condição de convocado por esta Comissão. Também já foi qualificado: Márcio Augusto Freitas de Meira, antropólogo, brasileiro, casado, endereço residencial, endereço comercial. E também assinou o termo de cessão de direitos autorais.

Por se tratar de oitiva de testemunha, solicito ao Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira que preste juramento, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - *"Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado"*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Feito o juramento, conclusos os atos preliminares da qualificação do depoente, informo, por dever regimental, que o Dr. Márcio Augusto terá o tempo de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão (art. 256). E depois os Srs. Parlamentares, com a precedência necessária do Relator e do autor do requerimento, terão o tempo de 5 minutos para as indagações.

Hoje, por uma questão também de economia processual e para que não tenhamos nenhuma frustração no debate, teremos apenas o Presidente da FUNAI como autoridade convocada, já que a partir das 15h ou das 16h, no máximo, vamos



ter a Ordem do Dia. E nós aqui administramos a Ordem do Dia, a nossa convocação junto com os trabalhos desta Comissão.

Dr. Márcio fique à vontade. Tenha o seu tempo, na forma regimental.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, quero agradecer o convite para poder participar aqui desta sessão, para trazer esclarecimentos sobre o tema. Em primeiro lugar, eu gostaria de esclarecer que, ao longo dos últimos anos, sobretudo após a Constituição de 88, as atribuições do Estado brasileiro, em relação aos povos indígenas, ganharam um contorno novo. Sobretudo, se dispersaram ou se ampliaram — a palavra “ampliaram” é melhor — pelas várias administrações do Estado brasileiro, sobretudo no caso do Estado Federal, da União Federal. Portanto, a questão que é tratada nesta Comissão, que é a questão da subnutrição das crianças indígenas, tem uma relação com uma série de fatores que dizem respeito à vida dos povos indígenas e que, nos últimos anos, têm sido tratados por vários órgãos do Estado brasileiro. Ou seja, a FUNAI, Fundação Nacional do Índio, que durante muitos anos... A FUNAI completou 40 anos no ano passado, não é? Foi criada em 1967 para suceder o SPI — Serviço de Proteção aos Índios, que foi criado em 1910 pelo Marechal Rondon. Portanto, em 2010, o Estado brasileiro completa 100 anos de atuação, em termos de formulação, elaboração e execução de uma política indigenista. Na maior parte dessa história, tanto do SPI como da FUNAI, a opção que o Estado brasileiro fez foi de ter um órgão que monopolizava essa relação. Ou seja, o SPI e a FUNAI, durante a maior parte dessa história, eram os órgãos que cuidavam de tudo aquilo que dizia respeito à vida dos povos indígenas no Brasil. Isso mudou a partir, sobretudo, de 1988, quando o Constituinte definiu uma nova legislação constitucional a respeito dos povos indígenas, que é o Capítulo VIII da Constituição Federal, e a partir, também, de algumas modificações legais de transferência de atribuições antes monopolizadas pela FUNAI para outros órgãos. Por exemplo, os casos mais evidente são os casos da educação e os casos da saúde. Ou seja, em 1999 a saúde indígena deixou de ser uma responsabilidade executiva da Fundação Nacional do Índio para ser uma responsabilidade do Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional de Saúde. A mesma educação... Também houve nesse período uma transferência das atribuições para o Ministério da Educação. Outros Ministérios,



outros órgãos de governo têm também, nesse período, assumido suas tarefas, suas funções, no que tange aos direitos dos povos indígenas e às necessidades que as populações indígenas brasileiras têm e que precisam ser atendidas pelo Estado. Eu estou dizendo isso porque esse tema da subnutrição de crianças é um tema que, digamos assim... A maior parte do trabalho que o Estado brasileiro deve cumprir para a garantia da saúde dessas crianças é da responsabilidade, hoje, da Fundação Nacional de Saúde. Eu sei que o Presidente da FUNASA já esteve aqui, já deu uma série de explicações, de informações sobre a evolução desse atendimento no Brasil. E o que eu vou querer, então, aqui mais é falar um pouco do que cabe à FUNAI e como a FUNAI pode contribuir nesse processo. E aí eu gostaria de chamar a atenção para uma questão importante. Para nós, que não somos indígenas, a questão da saúde, a gente sabe que não é apenas uma questão em si, não é? Quer dizer, é uma questão que diz respeito à nossa vida como um todo. Quer dizer, a saúde é consequência não só... Quer dizer, a boa saúde é consequência não só da nossa própria situação física individual, mas ela é resultante também de uma série de fatores que são de contexto, não é? A família, a moradia, as condições de vida, em geral, da pessoa influenciam na situação de saúde da família e das pessoas. Com os povos indígenas isso é mais acentuado ainda. Portanto, a questão da saúde, ou da falta de saúde, tem componentes que não podem e não devem ser vista apenas como fruto da ação específica da área da saúde. Têm outros fatores que determinam e que influenciam a questão da saúde. E aí, mais especificamente, a questão da subnutrição, não é? Eu, como Presidente da FUNAI, tenho a responsabilidade e a atribuição de acompanhar a execução dos serviços de saúde que são empreendidos pela FUNASA, acompanhando essa atividade da FUNASA e também cooperando com ela, quando for o caso. Nós temos feito um esforço nesse sentido nos últimos anos. Aqui, até num sentido histórico, nós temos que reconhecer que nos últimos 30 anos houve uma evolução positiva nesse sentido. Vou dar alguns exemplos. Durante o período... toda a história do século XX, desde praticamente a criação do SPI, a perspectiva que se tinha na sociedade brasileira e também nos órgãos do Estado brasileiro era que, inexoravelmente, os povos indígenas iam desaparecer do Brasil até no máximo os anos 70 e que esse desaparecimento se daria não só pela dificuldade deles de sobreviverem a epidemias, doenças e etc.,



mas sobretudo eles iam desaparecer porque eles iam se integrar à sociedade brasileira, deixando de ser índios, ou seja, eles iam virar brancos. Os índios iam virar brancos. Então essa era a compreensão que se tinha no Brasil, porque isso era fruto de uma visão biológica presente no Brasil. Foi o positivismo que influenciou a formação do Marechal Rondon, inclusive, que era uma proteção dos povos indígenas, mas uma proteção sempre com uma perspectiva de que eles seriam inexoravelmente integrados. Inclusive a população indígena caía tanto, quer dizer, morriam tantos índios de doença etc., de vários fatores, que a compreensão era que nos anos 70, no máximo nos anos 80, a população indígena ia desaparecer. Ocorre que a história, ela é escrita de uma forma que a gente não pode prever. A gente não pode fazer a história do futuro, né, e o que aconteceu foi o contrário. Nos anos 70, a população indígena brasileira, registrada oficialmente pela FUNAI, na época ela girava em torno de 250 mil indivíduos, e, com o final dos anos 70, início dos anos 80, a partir do momento da redemocratização do País também, com a Constituição de 88, o que aconteceu foram 2 movimentos. O primeiro foi de que, com a ação de saúde, primeiro ainda pela FUNAI, depois a ação de saúde indo para o Ministério da Saúde, através da FUNASA, quando foi criada a FUNASA também, mesmo com todas as dificuldades — a gente sabe que tem dificuldades de execução dessas políticas, né, não são fáceis, pelo gigantismo do Brasil, pela diversificação dos povos indígenas etc. —, a ação do Estado nessa área, ela promoveu uma capacidade de resistência física, inclusive pelas campanhas de vacinação em massa que foram feitas... Por exemplo, uma gripe simples para nós, ela provocava num cidadão indígena uma pneumonia e logo uma ameaça de morte. Teve muitos povos que morreram muito por conta de uma gripe. Mas com as vacinas, com os processos de vacinação em massa, com os atendimentos de saúde que foram feitos nesse período — e eu tenho certeza que o Dr. Danilo deve ter feito esse relato para vocês aqui —, houve uma mudança nessa curva. Ou seja, a curva da população indígena, que decrescia, ela, a partir dos anos 80, ela na verdade voltou a subir, né, ou, melhor dizendo, vinha em queda desde o processo colonial e começou a subir. Hoje, a população indígena brasileira, segundo dados do IBGE de 2001, é de em torno de 730, 740 mil indivíduos. Ou seja, nós tivemos, dos anos 70 para cá, um acréscimo da população. Então só isso já demonstra para nós que houve um avanço positivo



em relação ao cuidado da saúde desses povos. Agora, a pergunta que fica é: é o ideal a situação que nós vivemos hoje? Eu posso tranquilamente dizer que ainda não, porque nós ainda precisamos, sim, ter uma série de avanços no atendimento de saúde desses povos, principalmente porque a Constituição diz que a saúde, como também a educação dos povos indígenas, tem que ser uma saúde diferenciada, ou seja, não é a mesma coisa tratar um indígena e tratar um não-indígena, porque tem componentes culturais que têm que ser levados em conta. E cada povo tem a sua própria diferença cultural. No Brasil, nós temos hoje 222 povos indígenas diferentes. Desses 222 povos indígenas diferentes, cerca de 180 línguas diferentes são faladas. Portanto cada povo, ele representa uma civilização diferente e que tem uma compreensão também da saúde e da doença diferente da nossa. Para nós, tem uma explicação científica, para eles tem outra explicação. Então a medicina que chega numa sociedade indígena, ela chega de um jeito nosso e ela tem que comunicar, dialogar com a medicina tradicional também daqueles povos. Então é essa complexidade realmente que eu digo que ela nos coloca um desafio muito grande, por isso, com todos os avanços que teve — e é verdade que teve —, nós temos muito ainda a caminhar. Então esse é um outro aspecto que eu queria colocar para os Deputados e Deputadas. Um outro comentário. Como eu disse, a questão da saúde — e aí inserida a questão da subnutrição de crianças —, ela tem que ser vista no contexto de cada povo. Então, desses povos, 222 povos indígenas que existem no Brasil — a gente facilmente hoje, na FUNAI, nós temos como identificar isso, pela experiência, presença nossa nessas populações —, existem alguns povos onde esse problema é mais acentuado do que em outros. Na verdade, na maioria dos povos não há esse problema, certo? Não há o problema da desnutrição infantil. Isso eu posso dizer com toda a tranquilidade. Desses 222 povos, hoje cerca de 730 mil índios no Brasil, mais de 60% da população indígena brasileira vive na Amazônia Legal. Mais de 60% da população indígena brasileira vive na Amazônia Legal. E na Amazônia Legal estão concentradas mais de 96% das terras indígenas. Então eu posso dizer, com muita tranquilidade, que dificilmente, na Amazônia Legal, qualquer aldeia indígena que nós visitemos — e eu tenho visitado muitas, eu tenho viajado nas aldeias, que é a minha obrigação, a minha função —, dificilmente nós encontramos crianças com problemas de desnutrição. Aliás, o que



nós mais encontramos nas aldeias são muitas crianças. A população indígena, hoje ela cresce uma média de 6 vezes mais do que a média nacional. A taxa de natalidade da população indígena brasileira, hoje ela é, em média, 6 vezes a da população não-indígena brasileira. E é o que a gente encontra. A gente vê isso empiricamente quando vai nas aldeias. Em qualquer aldeia que a gente visite hoje no Brasil a gente vê aquela profusão de crianças e de jovens nas aldeias. Portanto nós temos aí algumas situações localizadas, onde esse fenômeno da desnutrição acontece. Eu diria que o mais evidente deles acontece entre os índios caiovás-guaranis, no Mato Grosso do Sul. E aí eu queria falar um pouco sobre essa questão específica, porque aí, embora a FUNAI, como eu disse, não seja diretamente a instituição responsável pela questão da saúde, a FUNAI acompanha, e a FUNAI tem também mecanismos que precisam ser feitos, e estão sendo feitos, para que a gente evite esse problema. Mas ali eu queria destacar alguns pontos. Primeiro, o caso do guarani-caiová, como é o caso dos guaranis em geral. Os guaranis são um povo muito religioso. Talvez o povo indígena mais religioso do Brasil sejam os guaranis, e eles inclusive são conhecidos na antropologia como um povo que inclusive tem uma característica que é o chamado nomadismo religioso. Eles estão sempre em busca da terra sem males, que é uma parte importante da religião dos guaranis. Quem conhece os guaranis — eu sei que o Deputado aqui conhece, tem uns Deputados que são do Mato Grosso do Sul —, quem conhece os guaranis sabe que não tem nenhuma família guarani ou um lugar guarani que não tenha a igreja deles, certo?, que é o tekoha, que é o lugar religioso dos guaranis. São um povo muito religioso. Esse povo, ele vive tradicionalmente no Brasil. Ele compartilha o Brasil, o Paraguai, a Bolívia e parte do extremo norte da Argentina também. Não é à toa que o aquífero que é compartilhado no MERCOSUL se chama Aquífero Guarani. É uma homenagem aos guaranis, porque eles realmente vivem nos 4 países. E são povos que têm pequenas diferenças entre si. Nem todos os guaranis são iguais. Tem os guaranis-kaiovás, os mbiás, os nhandevas. É como se fossem sotaques diferentes, como se fosse o espanhol e o português, vamos dizer assim, na língua falada. No caso específico dos guaranis do Brasil, que vivem na região sul e sudeste do Mato Grosso do Sul, eles sofreram um processo de colonização muito forte no final do séc. XIX, principalmente — ao longo do séc. XIX, mas principalmente no final do



séc. XIX. E foi um momento muito importante da história do indigenismo no Brasil, porque foi exatamente quando surgiu no cenário nacional essa figura que é o Marechal Rondon. No final do séc. XIX, a expansão da colonização do litoral para o interior, sobretudo no Estado do Paraná e oeste de São Paulo, indo para o então Mato Grosso, que não era o Mato Grosso do Sul ainda, esse processo girava muito em torno da economia da madeira. Ali são as regiões de exploração da araucária. Ali viviam esses índios. Então houve um processo histórico muito forte, em que eles sofreram muito. A população guarani reduziu muito nesse período. E quando o Marechal Rondon chegou, no início do séc. XX, foi quando então ele encontrou uma população guarani muito reduzida, e foi ele quem demarcou as terras indígenas dos guaranis. Essas terras guaranis do Mato Grosso do Sul foram, a maioria delas, reconhecidas pelo Estado brasileiro ainda na época do Marechal. São terras pequenas, portanto, porque a população também tinha sido reduzida. Então o que acontece é que hoje, lá com os guaranis-caiovas, nós temos uma situação que agrava muito a situação deles, que é o fato de que a população, nos últimos anos, cresceu muito. Hoje vivem lá cerca de 40 mil guaranis. O crescimento demográfico deles, como eu falei, é acentuado, e hoje a situação, digamos assim, de sobrevivência deles naquelas terras, pequenas, é uma situação que acentua, digamos assim, que agrava essa situação. Não é o único fator, obviamente, responsável por essa questão da subnutrição de crianças, mas esse é um fator importante. E, como eu disse, esse fator, ele tangencia muitos outros fatores, como é a questão da religião, a questão da própria ausência da FUNAI e do órgão indigenista historicamente... dos órgãos do Estado indigenistas naquela região. Então isso acentuou o processo. Então, o que nós da FUNAI podemos então trazer aqui de importante contribuição é que nós estamos, no último período, ou seja, nos últimos 4 ou 5 anos — e eu estou na FUNAI há 1 ano —, acentuando a nossa presença lá na região de Dourados, a região que é o cone sul do Mato Grosso do Sul — é ali onde tem a maior concentração desse problema específico —, dando apoio, dando a cooperação que a FUNAI deve dar à FUNASA, que é o órgão responsável pela questão da saúde. Nós temos feito lá... Vou pontuar algumas iniciativas, concluindo, né? Nós temos uma iniciativa importante lá, que é... Quando eu cheguei na FUNAI, em 2006, o orçamento da FUNAI lá na região era um



orçamento pequeno, e em 2007 nós triplicamos. O orçamento em 2007 aplicado na região de Dourados foi 3 vezes o orçamento aplicado em 2006. Esse orçamento foi sobretudo para o atendimento dos guaranis do cone sul. Nós criamos uma administração nova na FUNAI em Dourados, grande, inclusive numa rua importante da cidade de Dourados, com um galpão grande inclusive, para que a gente pudesse trabalhar a distribuição das cestas básicas — porque nesse momento é necessário que nós façamos a distribuição de cestas básicas lá. Portanto, nós temos um convênio com o MDS, e a FUNAI hoje é a responsável pela distribuição dessas cestas básicas na região do cone sul do Mato Grosso do Sul para os guaranis desde outubro do ano passado. Então nós temos feito essa distribuição. É uma parceria que nós temos com o MDS e que vai ser continuada, porque nós não podemos parar esse processo daqui para frente, porque ainda é necessário. Fizemos também... Estamos investindo lá recursos — esses recursos aumentaram, como eu falei — nas atividades produtivas dos próprios indígenas, ou seja, para que eles próprios possam, pouco a pouco, também começar a produzir e não precisar, não necessitar de cestas básicas. O ideal é que no futuro eles não necessitem dessa ajuda, mas por enquanto eles precisam dessa ajuda. Tivemos também aí uma questão importante, que é a demanda dos povos indígenas pela revisão e ampliação também de algumas dessas terras indígenas, que foram, como eu disse, demarcadas pelo Marechal Rondon. O Ministério Público Federal inclusive lá no Mato Grosso já vinha cobrando isso da União, e nós, no ano passado, fizemos um entendimento com o Ministério Público Federal e com os índios no sentido de que este ano a gente faça os estudos. E agora, até o final de março, nós estamos empenhados nesse sentido, ou seja, de fazer um exame de como nós podemos solucionar essa questão fundiária, porque ela é uma questão realmente séria para hoje e para o futuro, porque a população está crescendo mais ainda. Temos iniciativas também, lá, em relação à gestão administrativa da região, para melhorar a eficácia da aplicação desses recursos lá. Este ano de 2008, o orçamento previsto para a administração da FUNAI — para a FUNAI como um todo — é maior do que o do ano passado, e especificamente na região de lá, que tem essa questão como uma questão séria, este ano nós pretendemos aumentar em 50% o do ano passado, que já foi 3 vezes o de 2006. Ou seja, nós estamos ampliando essa ação lá. Essa nossa ação lá —



estou concluindo, Deputado —, o que eu quero que fique bem acentuado, é uma ação que atua — que é a finalidade da FUNAI, é a função da FUNAI, é atribuição da FUNAI —, atua naquilo que eu chamei aqui de todos os fenômenos da vida dos guaranis, que contribuem para que eles possam ter uma saúde no sentido pleno. Ou seja, não é a ação específica, porque isso é responsabilidade da FUNASA, mas todas as ações que possam eventualmente dar condições melhores de vida à população guarani. Nesse sentido, eu considero que hoje — isso tem sido evidenciado pelos próprios índios guaranis lá em Dourados, na região toda — se restabeleceu uma relação de confiança dos índios com a FUNAI, e havia um certo desgaste antes, no passado. Nesse sentido, acho que nós estamos caminhando para um apoio, para uma cooperação de sucesso nesse processo com os técnicos da FUNASA, que têm a atribuição... Temos, portanto, trabalhado junto com eles na atribuição específica lá deles na área da saúde. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço aos esclarecimentos do Dr. Márcio Augusto Freitas de Meira.

Rapidamente, até porque já tenho notícia de que não começou, então, nós estamos sem estresse, hoje, rapidamente, eu queria votar, porque nós temos *quorum* regimental, as atas passadas.

Eu acho que o Deputado Waldir já pediu ali dispensa das atas.

Dispensada a discussão das atas, em votação. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Há um requerimento, de autoria da Comissão, para prorrogar por mais 30 dias. Nós podemos fazer tantas prorrogações quantas necessárias, mas com o apoio unânime dos senhores membros.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovadas.

O restante dos requerimentos deixaremos para votar após esse debate, que espero seja profundamente interessante. Para um antropólogo, trabalhar com essa área é fantástico!

Senhoras e senhores, com a palavra o eminente Relator, vindo do Tocantins, no dia de ontem, o Deputado Vicentinho Alves.



O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados; eminente convidado, Presidente da FUNAI, Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, eu, ouvindo atentamente — e procurando ser breve, para colaborar com os colegas — a explanação de V.Sa., pude perceber que a questão da subnutrição está mais ligada, ali, à região de Mato Grosso do Sul.

Eu inicio, Presidente, fazendo a seguinte pergunta: como a população indígena está crescendo 6 vezes mais do que a população não-indígena, a FUNAI tem a quantidade exata da população indígena no Brasil? Ela tem, também, a quantidade exata das crianças indígenas do Brasil? E qual a forma desse censo para contabilizar essa população indígena adulta e a população infantil?

Sendo breve, Sr. Presidente, eu quero dirigir-me a V.Sa. para fazer 6 questionamentos. Em função da CPI para investigar desnutrição e mortalidade indígena no Mato Grosso do Sul, em novembro de 2005 foram apontados, como medidas emergenciais, a ampliação do número de beneficiados pelo Bolsa Família, e o aumento da quantidade de cesta básica distribuída, um dos pontos básicos daquela CPI, como pudemos observar. Eu faço 6 perguntas, em razão disso: como está a situação dos cadastros dos indígenas para recebimento do Bolsa Família e cestas básicas, por parte da FUNAI? Segunda pergunta: quantas crianças morreram de desnutrição naquela comunidade? A pergunta também é extensiva ao País, caso isso tenha ocorrido. O que mudou, desde a CPI de Mato Grosso do Sul até os dias de hoje? Qual a política da FUNAI, Presidente, para o choque cultural entre os índios e a sociedade não-índia? A última pergunta — sendo bastante objetivo, colaborando com os demais pares, porque nós teremos que votar o Orçamento — é a sexta pergunta: há alguma política diferenciada com o grau de desenvolvimento entre as tribos indígenas, pois algumas não têm, e outras têm contato com a civilização? Como é o tratamento, principalmente com relação ao atendimento às crianças e o combate à subnutrição, com as tribos que têm contato e com aquelas mais primitivas?

Então, são essas as perguntas. Se V.Sa. puder responder ainda nesta Comissão, este Relator agradece; se não, o senhor poderia também fornecer, num outro momento, por escrito, para que possa contribuir com esta Comissão e com o nosso relatório.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Deputado Vicentinho Alves a objetividade das perguntas.

Nós temos aqui 6 Parlamentares que previamente já se inscreveram. Vamos dividi-los em dois blocos de três, para que o Presidente possa responder às 3 primeiras. São os seguintes, neste primeiro bloco: Deputado-Relator; Deputado Geraldo, Deputado Waldir; no outro bloco, Deputado Ilderlei, Deputado Guimarães, Deputado Madeira.

Deputado Geraldo, com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - O Presidente da FUNAI, Márcio Meira, disse há pouco que só está há um ano à frente da FUNAI, mas deve ter tido conhecimento de um Comissão Externa e do relato dessa Comissão Externa, e também da CPI que foi feita pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

Eu quero passar, até para agilizar os trabalhos, isto: a Comissão Externa da qual fui o coordenador encaminhou à FUNAI algumas sugestões para haver realmente melhoria das condições da população indígena. São 10 sugestões. Nesse sentido, eu gostaria que V.Sa. respondesse — no que for possível, dentro do seu tempo — alguma dessas sugestões que passaram.

Também quero dizer que a gente conhece um pouco a realidade lá do Mato Grosso do Sul, mesmo porque, além de morar em Dourados e de conviver com as situações de várias cidades do Estado, onde há a população dos Guaranis, nós, pelas andanças, temos sempre abordado essa temática aqui, no Congresso Nacional, e temos verificado que a fala do Presidente já dá o diagnóstico, diagnóstico que há muito foi dado em várias outras intervenções. Efetivamente algumas coisas foram encaminhadas, mas, de longe, acho que há uma situação que precisamos resolver, e não vai ser resolvida só pela FUNAI, só pela FUNASA. Temos que criar um mecanismo de envolvimento de todas as esferas do Governo que possam resolver a problemática indígena, não só no Mato Grosso mas no País como um todo, para podermos resolver situações que estão sendo colocadas claramente.

Quando V.Exa. coloca que a questão da subnutrição é afeita à FUNASA, tenho discordância. Eu acho que é afeita à FUNASA, isso é lógico, tem que se



discutir a questão da saúde, mas as várias situações que levam à subnutrição têm, também, a responsabilidade da FUNAI; ou seja, é o trabalho hoje dos índios nas inúmeras usinas de cana-de-açúcar, no Mato Grosso do Sul, o trabalho algumas vezes similar ao trabalho escravo. Há a questão da terra, que V.Exa. coloca, mas há vários locais do País em que têm terra demais e existe subnutrição, mesmo quando têm terra suficiente.

Lá em Mato Grosso do Sul foi feita, há pouco tempo, a desapropriação de uma aldeia chamada Panambizinho, em Dourados. Essa terra, a melhor e a mais valorizada do País, foi entregue à população indígena, no sentido de que aquilo lá foi um erro do Governo Federal em fazer a desapropriação para colonização de Dourados — compraram outras áreas para os produtores rurais. Mas toda essa área, de 1.280 hectares, que hoje é a terra mais produtiva da cidade, está, realmente, totalmente abandonada, sem qualquer tipo de política do Governo Estadual, do Governo Federal, do Governo municipal, no sentido de poder fazer aproveitamento até para subsistência da população indígena.

É certo que Dourados, hoje, concentra a maior população indígena do País, dentro de uma só reserva. Nós somos hoje, parece-me, mais de 13 mil indígenas numa área de três mil e quinhentos e poucos hectares, mas dentro dessa área de três mil e poucos hectares existem terras cultivadas por não-índios; ou seja, o próprio indígena intermediando, não sei se em sistema de comodato, a própria terra, lá dentro.

É certo o que V.Exa. disse aqui há pouco, que a população indígena cresce 6% em relação à população não-índia, 6 vezes mais — 6% não, 6 vezes mais —, mas a população indígena também quer ter acesso ao planejamento familiar. Algumas instituições fazem com que... ficam cobrando, para que eles não tenham esse acesso, para que eles possam, cada vez mais, ter um número de filhos; às vezes até família de 10, 12, 15 indígenas, o que leva, também, a essa outra situação. E a grande maioria da população indígena — sou médico e fui Secretário de Saúde —, a grande maioria deles, das lideranças, quer também ter o planejamento familiar, da forma que é dada à população não-indígena.

Então, eu gostaria de saber, até para facilitar — o Presidente já sinaliza —, dentro daquilo que foi discutido na Comissão Externa, o que está sendo feito. Há



conflitos entre a FUNASA e a FUNAI? Se houve, se já foram dirimidos esses conflitos na entrega, inclusive, da cesta de alimentação lá no Mato Grosso do Sul; se essa cesta de alimentação também não está sendo motivo de escambo para uma situação que me parece muito grave hoje, que é muito mais grave do que a questão da subnutrição: o alcoolismo, que já está gerando violência. Só no ano passado — os companheiros tiveram conhecimento, os colegas Deputados — 42 indígenas foram assassinados entre eles e 40 suicidaram-se. E a maioria desses suicídios são de índios adolescentes, na faixa de 14 a 20 anos.

Então, precisamos discutir a situação. É aí que eu convoco — acho que nós precisamos fazer esse trabalho — um grande movimento de todos os setores do Governo para fazer um projeto estruturante, de desenvolvimento sustentável e que tenha como protagonista, nesse projeto, a população indígena, porque eles já estão cansados de projetos que chegam lá sem ouvi-los e que nada dá certo. É dinheiro jogado fora.

É o que aconteceu nos últimos tempos lá no Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) – Feita a exposição científica do Deputado Geraldo Resende — e V.Exa. já tem 16 perguntas, parece-me —, passo a palavra...

Cumprimento o Deputado Dagoberto, que chegou, e o Deputado Pastor Manoel Ferreira.

Passo a palavra a outro envolvido na questão, autor do requerimento de criação desta CPI...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE – Sr. Presidente, terei que sair. Preciso ir ao debate do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Mas volte.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Mas volte. Há pouca gente ainda. Fique quieto, há pouca gente. O Pastor Manoel chegou com uma informação tranquilizadora.

Deputado Waldir Neves, com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Dr. Márcio Freitas de Meira, em entrevista à imprensa, em 2007, quando de sua posse na FUNAI, o senhor afirmou



que: “Se tem um desafio que unifica todos os outros é a necessidade de o Estado exercer com políticas próprias seu papel e sua responsabilidade, integrar as suas ações de forma a otimizar e ter resultados concretos e práticos no atendimento aos direitos indígenas”. O senhor se lembra disso, não é? Muito bem. Então, vamos lá.

O senhor é filiado a algum partido político? É filiado?

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Sou.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Muito bem. Eu só estou fazendo as perguntas. A qual?

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Eu sou filiado, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O senhor responde no final.

Depois das perguntas do Deputado Waldir Neves, ele irá responder a todas as indagações dos dois anteriores também.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - O senhor assumiu a Presidência da FUNAI em substituição a Mércio Pereira Gomes, que saiu em meio a denúncias de malversação de dinheiro público. O senhor determinou a realização de auditorias e inquéritos administrativos para apurar as denúncias? Quais são os resultados?

Quando o senhor assumiu a Presidência da FUNAI, apresentou um plano de reestruturação do órgão, que contava com um plano de carreira para os seus servidores e mudanças radicais em suas administrações regionais nos Estados, que passarão de 45 para 60 unidades. Como está a situação da implementação da reestruturação da FUNAI?

Há mais umas. O relatório final da CPI na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul — onde eu era Deputado na época também — sobre desnutrição e mortalidade indígena afirma sobre a FUNAI: gasta-se muito mais na atividade-meio, em detrimento da atividade-fim. E realmente, em análise, os dados orçamentários de 2007, da FUNAI no CIAF, demonstram que, dos recursos totais gastos pela FUNAI, 248 milhões, 75% foram destinados a atividades-meio, ou 186 milhões; e apenas 25%, 62 milhões, para atividades-fim. V.Sa. pode esclarecer se sua proposta de reestruturação da FUNAI revê esses percentuais também, onde se gasta muito mais



com os burocratas, com as viagens, com as consultorias, do que com o pobre índio, que está lá morrendo à míngua?

A revista *Veja*, de 23 de março de 2007, publicou:

“Índios. Revolta na tribo. A nomeação de Márcio Meira para a Presidência da FUNAI causou desconforto entre as lideranças indígenas. Márcio, antropólogo e petista, era Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura e foi demitido por Gilberto Gil no início do ano.

Os índios esperavam ser recebidos esta semana pelo Governo para indicar um nome para a Presidência da FUNAI. Índio quer apito e poder. O mais cotado era Megaron Txucarramãe, sobrinho do cacique Raoni. Foram apanhados de surpresa pela nomeação de Meira e prometem revidar nas próximas semanas. Se Meira não for habilidoso, vêm por aí invasões aos postos da FUNAI.”

Pergunto — essa matéria foi a *veja* que publicou: como está hoje o relacionamento da FUNAI com as lideranças indígenas?

E, só para concluir, qual a situação de demarcação das terras dos guaranikaiowás e outras no Mato Grosso do Sul?

Mais uma: qual a estrutura da FUNAI no Mato Grosso do Sul, de pessoal, equipamentos, poços, etc. e tal?

Outra: desde 2007, a FUNAI prepara-se para finalizar, em Roraima, a ocupação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, vastidão de 1 milhão e 700 mil hectares, oficialmente homologados, em maio de 2005, pelo Presidente Lula. Qual a situação atual dos conflitos em Roraima? Qual a posição da FUNAI no caso?

Outra pergunta: foi noticiado, em dezembro de 2007, que o Ministério da Justiça criou uma força-tarefa para fazer um pente-fino na atuação das ONGs que atuam na região amazônica. A identificação e o levantamento seriam focados nas entidades que trabalham em terras indígenas. Qual a situação atual do levantamento? Foram identificadas interferências indevidas nas áreas indígenas?



Para finalizar, a última pergunta: existem denúncias e tentativas da remoção dos índios tupis-guaranis na terra indígena Piaçagüera, localizada na divisa de Peruíbe e Itanhaém, em São Paulo. Quais as providências que estão sendo tomadas pela FUNAI para garantir a integridade da área e da comunidade?

São essas perguntas por enquanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Waldir, o senhor queria encaminhar também a relação de perguntas, para facilitar ao depoente?

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Acho que ele anotou quase todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Se o senhor quiser encaminhar...

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Sim, S.Sa. vai respondendo. Caso faltar, eu entrego a S.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Dr. Márcio.

O SR. DEPUTADO PASTOR MANOEL FERREIRA - Não seria interessante (*inaudível*)?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Deputado Pastor Manoel Ferreira.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - V.Exa. nos deu a honra de aqui chegar, há poucos instantes. Nós dividimos em dois blocos, com três inquiridores: primeiro, o Relator; depois, o Deputado Geraldo e o Deputado Waldir. O depoente responderá e virão os outros, mais três e três, para não ficar um acúmulo muito grande de perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Pastor Manoel Ferreira, V.Exa. quer inscrever-se? (*Pausa.*) Farei isso.

Com a palavra o Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Eu vou começar, então, aqui pelas perguntas do Relator. A primeira pergunta é: como está a situação dos cadastros dos indígenas para recebimento do Bolsa Família e cestas básicas? Bom, esse assunto diz respeito diretamente ao cadastro que faz o MDS. Nós temos um



trabalho conjunto com o MDS no caso específico da região de Dourados, mas temos um convênio com o MDS, uma relação com o MDS em todo o Brasil em áreas indígenas onde há necessidade de distribuição de cesta básica ou de Bolsa Família. Mas quem faz o cadastro é o MDS. O que a FUNAI tem? Realmente, é uma pergunta importante. A FUNAI faz o levantamento da população indígena aldeada anualmente. O IBGE fez, em 2001, no Censo Geral do Brasil, uma pesquisa sobre a população indígena. No ano de 2010, deverá fazer a mais completa pesquisa da população indígena brasileira. Nós já estamos trabalhando com o IBGE nesse sentido. Mas a FUNAI, a cada ano, faz um levantamento da população aldeada, porque muitos índios vivem nas cidades hoje. Então, o levantamento da FUNAI não chega às cidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Presidente, o MDS está atendendo a contento...

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - ... o planejamento da FUNAI?

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Todas as demandas que a FUNAI fez até agora ao MDS, em termos de distribuição de cestas, estão sendo atendidas. Inclusive em situações emergenciais nós temos solicitado e têm sido atendidas. Temos ampliado, inclusive, essa distribuição.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - O senhor tem como nos fornecer todas essa documentação?

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Eu posso... Inclusive, aqui está presente a representante do MDS que faz parte do grupo-tarefa lá na área da Grande Dourados. A gente pode fornecer, sim, esses dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Nesse aspecto, Presidente, esses dados vão contribuir, inclusive, com o nosso relatório. Seria interessante.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Então, voltando à questão da população indígena aldeada, o dado do ano passado, de 2007, que é o último que nós temos, aponta uma população aldeada aproximadamente de 535 mil indígenas. Essa população de 535 mil indígenas é aquela população, como eu



disse, que vive nas aldeias. A população indígena que vive nas cidades, nós não temos essa informação ainda, porque ela vai acontecer no censo do IBGE em 2010. A pergunta sobre a quantidade de crianças que morreram de desnutrição, essa resposta existe, a FUNASA tem esses dados. Eu posso solicitar novamente à FUNASA que disponibilize as informações para a CPI. A terceira pergunta: o que mudou desde a CPI do Mato do Sul? Acho que essa pergunta faz parte também da pergunta do Deputado Geraldo Resende, eu vou responder logo em seguida, em relação às ações que estão sendo tomadas também. Qual a política da FUNAI para o choque cultural entre índios e a sociedade? A FUNAI é... A atribuição da FUNAI é garantir e proteger os direitos dos povos indígenas e promover os povos indígenas também. Cada caso é um caso, Deputado, porque, no caso da população indígena, como eu disse, como são 222 povos diferentes, cada povo desses tem uma própria forma de sociedade diferente dos outros e tem uma história diferente também com os brancos. Então, é difícil para nós termos uma regra única, não é uniforme, e cada situação é tratada caso a caso. Às vezes até num único povo tem que ter mais de uma, também, estratégia de mediação, digamos, desse choque, porque às vezes um único povo tem clãs também diferentes e cada clã atua de uma forma diferente, e a gente tem que fazer essa mediação. É um exercício complexo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Permanente.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - ... permanente de relação.

Há alguma política diferenciada, com o grau de desenvolvimento entre as tribos indígenas, pois algumas têm e outras não têm contato? É exatamente isso que eu estava falando. Por exemplo, nós temos hoje na Amazônia brasileira diversos... dezenas de povos que ainda não estão, ou não foram, ou não quiseram fazer contato com a sociedade ocidental brasileira. Então, a política que nós temos na FUNAI, já de cerca de 15 anos, de uns 15 a 20 anos para cá, a política que o Estado brasileiro tem é de proteção desses povos, ou seja, nós temos o que nós chamamos de Frentes de Proteção Etno-Ambiental. A FUNAI identifica aquele grupo, às vezes com imagens aéreas, helicóptero, avião, a gente fotografa, sabe que eles estão lá, mas não fazemos contato. Identificamos a terra indígena. Criamos uma Frente de Proteção Etno-Ambiental, que fica nas proximidades, para evitar o contato, impedir que alguém entre lá. E respeitamos apenas quando eles próprios queiram, aí, sim,



nos procurar e fazer contato. Essa é a política que nós temos. E cada caso, como eu disse, é um caso. Cada situação é uma situação diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Mudou o conceito.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - É, o conceito mudou, exatamente. Antes a FUNAI e o SPI faziam o que chamavam de frente de atração, ou seja, iam aos lugares e atraíam os índios pendurando espelhos e outros objetos de interesse, para atraí-los. Hoje a política é o contrário: nós fazemos uma área de proteção. Nós temos hoje seis, inclusive, Frentes de Proteção Etno-Ambiental em funcionamento permanente, de proteção. Inclusive, nós temos uma questão... A maioria desses povos estão em faixa de fronteira. Nós temos uma situação, por exemplo, no caso de um povo no Acre, na fronteira com o Peru, em que do lado peruano há um processo de desmatamento desenfreado. Não há proteção do lado peruano, e muitos povos indígenas isolados — a gente chama isolados, não contactados — do lado peruano estão fugindo para o Brasil. Isso está gerando mais demanda, porque eles chegam ao Brasil, nós não sabemos quem eles são, quantos são. Portanto, isso reflete também como o nosso País é o único país do mundo que tem uma política de proteção de povos não contactados. Seguindo, acho que respondi; às outras eu vou respondendo na seqüência. Com relação às perguntas do Deputado Geraldo Resende, primeiro, Deputado, eu quero concordar. Eu, quando eu fiz a minha fala em relação à questão da FUNASA, da atribuição exclusiva da FUNASA, o que disse é o seguinte: a FUNASA tem atribuição exclusiva **pela** execução da política de saúde. E, justamente, eu reiterei aquilo que o senhor falou também, que a desnutrição não pode ser vista só por esse ângulo, ela tem que ser vista no conjunto da vida das sociedades indígenas e, por isso, a FUNAI tem também um papel a cumprir. Então, eu... Na verdade, a minha fala foi na linha do que o senhor apresentou. E, de fato, no caso lá dos Guarani, nós temos uma série de questões difíceis, complexas, que precisam ser... muitas delas indicadas nos estudos que foram feitos por aquela CPI, o senhor destacou alguns, e que nós precisamos avançar. Muitas das orientações que foram feitas dizem respeito não só à FUNAI, dizem respeito a outros órgãos. Eu não poderia aqui lhe trazer uma posição oficial. Mas, no que diz respeito a alguns quadros em relação à FUNAI propriamente dita... Por exemplo, em relação à questão das terras, que é uma das



perguntas, as ações tomadas pelas FUNAI. Nós... Eu estive pessoalmente lá no Mato Grosso do Sul, lá na região de Dourados, visitei lá várias aldeias, inclusive Panambizinho. Eu não vi, confesso, esse abandono todo na área de Panambizinho. Eu acho que tem ainda desafios a serem feitos lá, mas há avanços já. Nós temos investido na área produtiva lá em Panambizinho. E o que nós fizemos nessa questão específica foi um acordo com o Ministério Público Federal, que estava cobrando, que é a sua função, do órgão federal da FUNAI, medidas no... *(falha na gravação)* ...da questão fundiária. Essa questão fundiária, ela realmente é uma questão central, porque, como nós falamos aqui, a população, que já é grande, está crescendo e as terras são pequenas — o Deputado deu um exemplo aí que é grave, de muitos índios em uma poção de terra que é muito pequena. Essa questão é central. Então, nós assinamos um acordo, que é um TAC, um Termo de Ajuntamento de Conduta, com o Ministério Público Federal, com as lideranças Guaranis e o compromisso que nós assumimos é agora, este ano de 2008, até o mês de março, final de março, nós termos constituição, por portaria da Presidência da FUNAI, dos grupos que vão estudar de uma forma mais geral a questão fundiária lá para trazer propostas para essa questão. Então, esse é o encaminhamento que nós estamos dando em relação a essa questão fundiária.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Só em cima dessa questão. Eu estive inclusive com o Presidente Lula. Ele disse que um dos momentos mais angustiantes do seu primeiro Governo foi quando ele via na televisão a questão da morte das crianças indígenas. E disse que está disposto, inclusive, para poder resolver a questão da terra lá em Dourados, porque em Dourados não existe nenhuma terra em conflito, ou seja, todas as terras vizinhas à aldeia, à reserva indígena, não é aldeia, é Reserva Indígena de Dourados, são todas elas tituladas, todas elas compradas por vários produtores rurais. E o Governo inclusive sinalizou no sentido de até haver a compra de terras para a expansão da Reserva Indígena de Dourados. Eu gostaria de saber se existe alguma coisa encaminhada junto à FUNAI ou junto ao INCRA, ou que vocês estão trabalhando junto, para poder ver essa situação...

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Essa questão, Deputado...



O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - ... acerca da questão da ampliação do espaço dentro da Reserva Indígena de Dourados.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Essa questão é uma questão jurídica complexa. Nós temos que... Eu, como FUNAI, como Presidente da FUNAI, tenho a obrigação de cumprir o que diz a Constituição. Ou seja, de criar os grupos de trabalho para fazer o exame da reivindicação dos índios em relação às terras tradicionalmente ocupadas. Essa é uma atribuição constitucional, eu tenho que cumprir, senão o Ministério Público vai me processar. Então, nós estamos cumprindo exatamente essa medida para que esse grupo traga um resultado desses estudos, desse exame, dessa matéria, para que nós possamos ter propostas de solução. Essas propostas terão que ser, obviamente, discutidas e negociadas com os povos indígenas, com os seus vizinhos, para que a gente possa... A orientação que nós temos tratado essa questão é de que sempre a gente possa resolver a questão de uma forma pacífica, de uma forma que não prejudique a vida de ninguém, porque ali é uma região realmente que tem conflito. O senhor mesmo citou os assassinatos que têm acontecido lá. Portanto, nós temos que tratar de forma que a gente pacifique a região com as medidas de solução fundiária necessárias. Agora, neste momento, nós estamos cumprindo aquilo que a lei manda, ou seja, fazer o exame e, a partir daí, a gente poder negociar, sentar, ver quais as variadas possibilidades existentes para a questão fundiária lá. Nós temos uma questão lá que... — aqui são muitas perguntas e, portanto, eu vou me ater mais aqui às perguntas que atingem mais diretamente a FUNAI —, a questão, por exemplo, da produção agrícola. Como eu citei, nós, no ano passado, ampliamos o orçamento da FUNAI, na região de Dourados, 3 vezes em relação à 2006. A maior parte desses recursos é para atividades sociais que incluem a questão agrícola. Inclusive, com o MDS, nós estamos trabalhando já na perspectiva não só da distribuição de cesta básica, mas também de desenvolver programas de auto-sustentabilidade. Então, é nesse foco que nós estamos trabalhando. Nesse sentido, nós avançamos, no ano passado, significativamente, reforçando a presença institucional da FUNAI na área com a nova administração, com uma nova... com um reforço orçamentário e este ano mais ainda. A previsão, como eu disse, é de aumento de 50% com relação ao ano passado. Com relação ao alcoolismo. Esse é um ponto realmente importante.



Eu acho que aqui a gente tem que encarar essa questão como uma questão grave e séria que acontece não só lá na área do Mato Grosso do Sul. Impera no Brasil inteiro um problema sério entre os povos indígenas, mas não só entre os povos indígenas. Nós sabemos que essa é uma questão de saúde pública, que é o alcoolismo. Acho que essa questão precisa ser enfrentada. Não é uma questão fácil. Lá, no caso, isso é agravado pela situação de vulnerabilidade em que os índios se encontram. Por exemplo, a questão que o senhor falou da substituição que tem havido na produção lá de soja para cana por conta da questão da produção de álcool combustível. Então, muitos indígenas estão trabalhando, muitas vezes em situação, digamos assim, até de violação de direitos humanos, de vulnerabilidade ou análogo ao trabalho escravo nessas usinas. Isso provoca um distanciamento dos pais, das mães, das famílias que ficam nas aldeias. Isso acirra o processo de desagregação familiar. Então, esse quadro, ele realmente é um quadro que nós temos que enfrentá-lo e esse enfrentamento se dá... tem que se dar como um esforço conjunto do Estado brasileiro nas suas 3 esferas, da sociedade brasileira também. Existe também muito preconceito geral na sociedade com os povos indígenas. Isso...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - A dificuldade é que são muitas perguntas para responder.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Posso depois, algumas delas a gente... Bom, o Deputado Waldir Neves... O Deputado já fez, na verdade, uma série de perguntas que vão muito além da questão da subnutrição de crianças, vão de encontro, digamos assim, de uma série de questões gerais...

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - O senhor veio aqui e fez um histórico sobre a situação do índio, desde a origem, inclusive falou um pouco de história de Rondon, etc. e tal, obviamente que são fatos correlatos.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Claro. Eu não estou criticando, Deputado. Eu estou só constatando que o senhor fez uma série de perguntas gerais, então, para isso tem que poder ter um tempo para responder as



suas perguntas de uma forma... Bom, primeiro, responder que eu sou filiado ao PT, o senhor mesmo já leu aí a matéria. Com muito orgulho sou filiado ao PT e...

(Intervenção do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Fiquei atento que ontem fizeram essa mesma pergunta. Por que isso, Sr. Waldir? É algum defeito a pessoa ser filiada a algum partido por acaso?

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Isso não se discute.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Não tangenciaremos partidarismos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Pois é, mas *(ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - É algum crime?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Continua assegurada a palavra ao Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Bom, Deputado, com relação às perguntas que o senhor fez, quando eu assumi a FUNAI, há um ano, o senhor leu parte do texto da minha posse, e eu tenho trabalhado arduamente nesses 12 meses para cumprir tudo aquilo que eu assumi como compromisso quando entrei na FUNAI. Por exemplo, a questão do plano de carreira dos funcionários da FUNAI, a questão da reestruturação do órgão. Isso é uma questão fundamental. Nós temos trabalhado junto ao Ministério do Planejamento, que é o órgão do Governo que é o responsável pela elaboração, juntamente com a FUNAI, obviamente, de um plano de carreira. Havia, no passado, uma série de planos, tentativas de planos. A FUNAI passou 20 anos esquecida. E nós temos feito um esforço árduo, com o apoio do Presidente Lula, com o apoio do Ministro Tarso Genro, da Justiça, e completamos um plano de carreira indigenista no ano passado, 2007, final do ano passado, e estamos agora nessa perspectiva de 2008, esperando aí que a gente possa ter esse plano...

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Mas concretamente ainda não avançou muito?

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Ele ainda não foi implantado concretamente, porque ele precisa ser encaminhado formalmente para



ser implantado. Agora, os estudos técnicos, a elaboração técnica foi toda concluída, inclusive em discussão com os servidores, para que a gente possa ter um plano de carreira indigenista e uma reestruturação da instituição, que eu apresentei para os servidores, apresentei para a sociedade civil, através da CNPI, que eu vou falar, que diz respeito a uma outra pergunta que o senhor fez. A questão dos gastos, por exemplo, com atividades-fins, eu tenho pleno acordo...

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Só para não... pela seqüência. Com relação a auditorias que foram... Eu queria saber se o senhor... porque houve denúncia. Aliás, é muito constante isso. E as perguntas minhas se fundamentam porque, quando anunciaram o nome do senhor, criou-se uma expectativa pelo vosso passado, vosso histórico, de se realmente fazer uma mudança profunda na FUNAI, daí por que as nossas perguntas. Houve algum procedimento de auditoria para investigar, apurar essas denúncias de malversação, porque começa por aí e chega lá na base.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Deputado, a denúncias que foram divulgadas na imprensa formalmente à FUNAI mesmo não foram apresentadas. Nós temos conhecimento de que foram apresentadas ao Ministério Público. Então, eu creio que o Ministério Público está acompanhando, está investigando aquilo que foi denunciado.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - O senhor, então, ao assumir, diante dessas denúncias todas, o senhor não instaurou nenhuma auditoria, absolutamente nada, interna?

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Todas as auditorias estão sendo feitas, Deputado.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Ah, tem auditoria em andamento dentro da FUNAI?

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - A auditoria da FUNAI, o setor de auditoria na FUNAI faz anualmente todas as auditorias específicas...

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Mais claro: o senhor abriu algum procedimento investigativo, foi aberto algum inquérito, alguma coisa para ver se essas denúncias são levianas ou se são fundamentadas e aí pode atingir o órgão?



O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Imediatamente, logo que eu cheguei, eu mandei a auditoria investigar qualquer denúncia formal que tenha sido feita. Qualquer denúncia formal que tenha sido feita foi investigada. Aquelas que foram feitas ao Ministério Público cabe ao Ministério Público fazer a investigação. Com relação aos gastos, é verdade que nós temos na administração pública gastos de atividade-meio e atividade-fim. Nós temos... Eu tenho dado ênfase no sentido de que a gente gaste, na atividade-fim, o máximo possível. Inclusive, no ano passado, nós fizemos uma revisão do Plano Plurianual da FUNAI, o que.. O Plano Plurianual 2008/2011, se o senhor for estudar o Plano Plurianual da FUNAI, o senhor vai ver que foi modificado, ele foi enxuto, foi tornado mais claro. Eram 2 programas, nós reduzimos para um programa só, com o enxugamento do plano, mas com aumento de orçamento, exatamente focando ele mais na atividade-meio, aliás, desculpe, na atividade-fim, mesmo considerando que a atividade-meio também é fundamental, porque, sem a atividade-meio, a atividade-fim também não consegue atingir os seus objetivos.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - O senhor permita-me, só para... Não quero aqui tomar o tempo, mas é importante para a gente... O senhor há de convir que a atividade meio é importante, mas o objetivo é a atividade-fim. O senhor concorda que 75% do orçamento destinado à FUNAI gasto com a atividade-meio é exagerado em relação à realidade indígena. Eu venho de um município onde há a maior população indígena, no Mato Grosso do Sul, Miranda, Aquidauana, enfim, ali. Conheço, convivi, nasci no meio dos índios. E sempre se fala muito, mas a verdade é que as coisas chegam muito lentamente lá. Quem sempre assume a responsabilidade de administrar os problemas imediatos dos indígenas são os municípios, e a FUNAI é que fica com a responsabilidade da gestão, mas, no entanto, é muito longe, fica muito distante. O senhor pretende mudar essa realidade ou o senhor concorda que a atividade-meio tem esse percentual de importância referente aos recursos gastos com relação à atividade-fim?

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Sr. Presidente, pela ordem. Só antes de responder — não é nada em relação contra o Deputado Waldir, mas a preocupação é que já são 15h50min. Daqui mais 5 minutos começa lá, e nós temos que parar aqui, aí nós não vamos fazer perguntas. Então, que ele respondesse às perguntas



sem direito à tréplica, porque ele... Não estou te fazendo nenhuma crítica, Waldir; depois tem outros Deputados que têm... Se não nós não vamos perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O direito que V.Exa. tem de se inscrever leva a essa de ver a sua inscrição, e aí eu tenho certeza de que o Deputado Waldir vai colaborar tanto quanto o Dr. Márcio também vai fazer.

Deputado Dagoberto, V.Exa. tem razão, e o Deputado Waldir já concordou, para que a gente possa ouvir os outros.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Deputado, eu também já trabalhei em Prefeitura, tenho experiência administrativa, então respondo com toda tranqüilidade que atividade-meio e atividade-fim, numa gestão moderna, elas têm que ser vistas de uma forma integrada. É claro que se não tiver uma atividade-meio funcionando com qualidade, você não consegue atingir o fim da instituição. Portanto, nós temos que trabalhar nessa perspectiva, de fortalecer a finalidade da instituição, mesmo que aquilo precise fortalecer às vezes a atividade-meio, porque aí você consegue melhorar a finalidade. Mas óbvio que nós estamos trabalhando para que a finalidade da instituição seja qualificada com eficácia, com eficiência. O relacionamento da FUNAI com as lideranças indígenas... Eu me orgulho de dizer que, quando eu cheguei na FUNAI, era a grande questão que os índios colocavam era de que não havia diálogo da FUNAI com o movimento indígena, com as lideranças indígenas. E eu, menos de um mês depois que eu assumi a FUNAI, instalei a Comissão Nacional de Política Indigenista, que era uma reivindicação do movimento indígena. Ela já realizou, ano passado, 5 reuniões. Amanhã e depois, inclusive, nós vamos ter a reunião da CNPI. Pela primeira vez vai ser feita uma reunião da CNPI numa terra indígena, no Nordeste do Brasil, e tenho estabelecido um diálogo franco com o movimento indígena. Franco porque eu digo sempre para eles: eles têm autonomia de ter a sua opinião, de ter a sua posição, e nós, como Governo, temos a nossa posição de autonomia também como Governo, mas sempre dialogando de um forma franca, democrática, transparente, e a CNPI tem sido considerada pelo próprio movimento indígena como uma conquista importante do movimento. Demarcação das terras indígenas. Desde que eu cheguei na FUNAI, os números demonstram o avanço que nós tivemos, inclusive demarcando terras que estavam há muitos anos ainda esperando esse reconhecimento do Estado. É o



caso, por exemplo, dos tupiniquins-guaranis do Espírito Santo, é o caso dos potiguaras de Monte Mor, na Paraíba, e outros casos... Batelão, lá no Mato Grosso. Várias outras terras indígenas foram reconhecidas e demarcadas e homologadas nesse período. A questão da Raposa Serra do Sol. A maior parte da população não indígena foi já retirada de dentro da terra indígena Raposa Serra do Sol, foi indenizada, já foi assentada... Temos lá ainda 5 renitentes, proprietários de fazenda de arroz que se recusam a sair. Já receberam as indenizações em juízo, mas... Esperamos que essa saída seja completada o mais rapidamente possível. Com relação à questão das ONGs, da força-tarefa das ONGs, se já foi identificada alguma ONG que tenha algum tipo de lesão, leve algum tipo de prejuízo à população indígena, eu quero dizer que eu fiz um levantamento lá na FUNAI e identifiquei que a FUNAI pouco tem convênios com ONGs. Quase nenhuma, pouquíssimas ONGs tinham convênio com a FUNAI. E o que nós estamos é, a pedido do Ministro — acho que essa decisão do Ministro é correta —, é que nós possamos ter... separar o joio do trigo. Acho que a gente não pode... Nem todas as ONGs são más, ruins, e nem todas são perfeitas e boas, como todo ser humano, toda sociedade. Nós temos que fazer um trabalho de critério, e é isso o que o Ministro definiu como tarefa do Ministério da Justiça, para que a gente possa trabalhar com organizações não-governamentais sérias, corretas, e é esse o encaminhamento que nós estamos dando lá, no caso de precisar. Certamente não será difícil desenvolver esse trabalho, porque a tradição no Brasil, democrática, é de ter entidades da sociedade civil sérias que podem desenvolver trabalhos de parceria conosco no caso. Então, com relação à última pergunta, com relação a Piaçaguera, nós estamos fazendo um estudo, o grupo de estudo está em campo agora para fazer o exame da reivindicação dos índios guaranis lá em Piaçaguera, em São Paulo, sobre a terra deles lá. Quer dizer, ainda não está concluído o estudo, há interesses econômicos lá naquela região, mas a FUNAI vai cumprir com a sua função constitucional, que é examinar a reivindicação dos índios guaranis lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Vamos ouvir esse bloco: Ilderlei, Guimarães, Madeira, Dagoberto e o Pastor Manoel.

Com a palavra o Deputado Ilderlei, do Acre.



O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente da FUNAI, como o senhor mesmo falou aí, que a função da FUNAI — esse trabalho todo com a Coordenadoria da FUNAI — é promover a educação básica do índio, demarcar, assegurar e proteger as terras por ele tradicionalmente ocupadas, estimular o desenvolvimento do estudo, e o levantamento sobre os grupos indígenas. Há a responsabilidade ainda de defender as comunidades. Então, o senhor sabe que realmente o seu papel tem todo esse intuito. É isso o que nós queremos que o senhor faça aqui: realmente nos ajude a tomar uma solução sobre essa situação, tanto da desnutrição das crianças indígenas, como também a situação deles que convivem na Amazônia.

Então, a melhor coisa que o senhor tem que fazer é estar sempre conosco, defendendo, ajudando. E nós fizemos um requerimento para o senhor comparecer aqui, e o senhor não compareceu na passada. Mandou em cima da hora uma justificativa. Então, é dessa forma que eu acho que o senhor teria que nos ajudar mais e não ir atrás de outro interesse. Aqui o interesse é seu, é nosso: nós queremos defender os índios. Então, queria saber por que o senhor veio em cima da hora fazer a sua justificativa de não poder comparecer à CPI — essa é a minha primeira pergunta.

A outra, Sr. Presidente da FUNAI, queria saber se o senhor tem denúncias na FUNAI, antigas ou até mesmo novas, sobre maus-tratos, sobre desnutrição dos índios — na sua gestão, tanto na antiga como agora —, sobre desvio de recursos que a FUNASA faz nas regiões, principalmente na nossa, no Acre.

Eu quero fazer essa pergunta também: se o senhor tem algum levantamento desses em suas mãos. Se tem, eu quero que o senhor repasse para nós da CPI, para podermos tomar uma providência do que vamos fazer com o que está acontecendo. Porque na minha região, o Acre, só tenho denúncia e mais denúncia. Ano passado tivemos denúncia de maus-tratos com os índios de Jordão. Eles não querem mais o pessoal da FUNASA lá. Eu quero saber se essas denúncias chegam até o senhor e quais as providências que o senhor toma.

Tivemos também denúncia agora, recente, há menos de 2 semanas atrás, índios morrendo nos hospitais e não sendo atendidos, dizendo que estão sendo discriminados nos hospitais do nosso Estado.



Então, são essas coisas que eu queria saber: se chegam as suas mãos essas denúncias, quais são e o que o senhor faz. E se o senhor pode trazer para nós aqui como estão sendo apuradas essas denúncias.

O senhor também falou sobre a situação dos madeireiros. Desde o ano passado que eu estou brigando e falando aqui, no plenário da Casa, sobre a situação de invasão de madeireiros na região de Taumaturgo, que é a minha região do Juruá. E a única coisa que acontece é que vão lá prendem a madeira, explodem, acabou-se, prendem os peruanos. Eu quero saber qual a sua atitude, como Presidente da FUNAI.

O senhor faz visitas pelo Brasil e defende realmente que os índios são os nossos primordiais antigos, que vieram antigamente, realmente foram os primeiros. Quero saber, nessa defesa sua perante as nações, os países que o senhor visita, por que essa pressão é só em cima da Amazônia, enquanto no Peru há desmatamento ilegal de madeira, e os europeus, os estrangeiros não tomam uma providência. Na Colômbia, no Equador, enfim, há tanta pressão, em relação ao desmatamento, em cima de nós, enquanto nossos vizinhos não têm. Então, queria saber do senhor, como Presidente da FUNAI, qual a atitude que o senhor poderia tomar para nos ajudar também nessa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado José Guimarães...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Mas aí ele vai ser internacionalista, porque cuidar também do Peru...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado José Guimarães, do Ceará, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Primeiro, eu falei brincando, mas ontem foi feita a mesma pergunta, e eu quero que fique registrado nos Anais da Comissão, ainda que possa... Aceito as perguntas — qualquer um de nós pode fazer qualquer pergunta aos inquiridos, isso não é problema —, mas eu quero que fique registrada a minha estranheza de que é a segunda vez que eu ouço aqui, na Comissão, alguém perguntar se Fulano ou Beltrano é ou não filiado a alguma agremiação partidária.



Isso, não há problema nenhum. Pode-se ter militantes filiados a qualquer partido que desempenham muito bem as suas funções, as quais é convidado para assumir. Parece que o Dr. Márcio — eu conheço a sua trajetória, vinculada umbilicalmente a essa questão — está procurando dar uma nova dimensão ao papel da FUNAI.

E aí eu entro na primeira pergunta, que é, exatamente, dentro até do que o Waldir disse. Eu estava na sua posse, parece que em 2007, no começo...

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Março.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Em março de 2007. Depois estive também, em junho, noutro evento em que V.Sa. estava. Nessa posse V.Sa. colocou com muita firmeza a necessidade de ajustar o Estado para desenvolver políticas públicas que efetivamente enfrentasse esse problema. Dentro inclusive do que o Deputado Waldir colocou.

A minha pergunta é: houve uma mudança após V.Sa. assumir a Presidência da FUNAI? Quais as mudanças?

Evidentemente que isso pode ser até nos remetido, Dr. Márcio, por escrito, essas mudanças que ocorreram após a sua posse. Sei que é pouco tempo.

Segundo, a questão de orçamento, se a FUNAI, para desenvolver essas políticas, de fato contou com a quantidade de recursos necessários para desenvolver essas políticas públicas integradas.

Claro que ouvi, ontem, da Dra. Aline, e V.Sa. reafirmou aqui, os problemas que decorrem das características naturais das aldeias, do alcoolismo e outras tantas. Mas eu queria fazer essa indagação sobre o plano ao assumir a declaração e ao mesmo tempo o trabalho que foi feito até então.

A segunda pergunta pode também nos ser enviada por escrito. Eu ouvi desde o primeiro dia muitas falas de alguns colegas nossos, colocando o seguinte: não há uma política pública para essa área ora por falta de orçamento, enfim. Então, eu solicitaria a V.Sa. que nos remetesse dados de 2000 a 2007. O que o Governo Federal investiu, ano a ano, nessa política pública, não só na questão da desnutrição, que foi pelo menos o foco da causa das mortes em Mato Grosso do Sul, mas do ponto de vista da política nacional do Governo com relação à FUNAI?



Quais foram os recursos disponibilizados? Solicito de 2000 a 2007, até para nós fazermos essa comparação.

Fiquei também muito atento a uma questão levantada pelo meu... Descobrimos hoje, conversando, aqui, com o Deputado Sebastião Madeira, que fomos moradores da antiga Casa do Estudante, lá no meu Estado, o Estado do Ceará. Sofremos muito quando moramos naquela Casa do Estudante, até porque não havia condição nenhuma de os estudantes secundários habitarem aquela residência de estudantes secundários, lá na nossa querida cidade de Fortaleza. E ela, a Casa do Estudante do Ceará, salvou o nosso futuro, tanto o dele, como o meu. Não só como Deputado, mas foi a partir de lá ... Ele na Medicina e eu no Direito, em universidades públicas diferentes. Eu por exemplo na Universidade Federal do Ceará.

Mas eu ouvi muito o Deputado Sebastião. S.Exa. levantou com muita firmeza, ontem, a questão do Maranhão. E eu, num determinado momento, até porque tenho acompanhado os pronunciamentos de V.Exa., o Deputado Sebastião dizia que não há praticamente nenhuma ação de grande vulto, de envergadura no Estado do Maranhão, que é uma região com uma grande tensão. E eu sei que foram criadas 3, digamos, administrações, parece-me em junho, administrações regionais, que iriam exatamente intervir nisso, na área lá. Eu queria que V.Sa. pudesse dizer se isso ajudou ou não, se funcionaram ou não. Se não, quais as causas.

Por último, com relação às terras. V.Sa. até já falou. Essa questão da demarcação. Para fazer o reconhecimento e demarcar a terra. Há muitos entraves nessa questão. Esse debate, vez ou outra, aparece aqui, na Câmara dos Deputados. Então, queria que V.Sa. nos informasse como anda esse processo de demarcação das terras indígenas no Brasil. Isso vale para os Estados que têm maior concentração e até para aqueles Estados onde há um processo de aculturação, como no meu Estado, que não se tem a figura do índio mesmo não só cultural, mas na sua origem genética, lingüística. Mas eles reivindicam. Algumas aldeias reivindicam. E, portanto, há que ter esse reconhecimento. No meu Estado, por exemplo, o Ceará, tem comunidades que reivindicam e não abrem mão disso. E esses processos ficam tramitando muitas vezes, parece, no Ministério da Justiça. Há uma lentidão muito grande nisso. Se há condições de o Governo, através de, não



diria nem MP, porque virou uma coisa muito mal vista aqui na Casa, mas o que nós poderíamos fazer para de fato o Governo ter uma política de demarcação final, digamos assim, duradoura e definitiva das terras e aldeias indígenas no Brasil inteiro.

E, por último, dizer o que o Deputado Ilderlei colocou aqui. Mas, na última reunião, parece-me que V.Sa. estava na Alemanha. Então, acho que a sua presença hoje aqui preenche totalmente a ausência da outra reunião, e com muita simplicidade mostra-se um profundo conhecedor da causa e pode nos ajudar muito na CPI, na busca de soluções para efetivamente construirmos uma política pública que enfrente de fato os problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra um dos autores desse requerimento, o Deputado Sebastião Madeira, do Maranhão.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Dr. Márcio, acho que nós já estivemos numa audiência, no gabinete, no movimento que os índios fecharam a BR-226, em Barra do Corda, no Maranhão.

Primeiro eu quero dizer que aqui pelo seu currículo nota-se que o senhor tem uma formação muito sólida, humanística, cultural, por onde já passou, Museu Emílio Goeldi e outros tantos órgãos por onde já passou na sua vida profissional.

Primeiro eu quero parabenizar a FUNAI pelo trabalho que faz no Brasil. Quando falamos o índio — a pessoa pega o índio como uma coisa genérica. Disseram aí que são 222 etnias, são 222 povos. Para o leigo, é o índio, é como se fosse uma coisa só. Talvez tenha etnias mais diferentes do que entre os guaranis e alguma outra etnia tenha uma diferença talvez maior do que entre um guarani e um branco. É como olhar um coreano, um japonês e um chinês e achar que todos são iguais. Uma vez eu perguntei a um coreano se a língua japonesa e a língua coreana eram como o português e espanhol. Ele disse: *“Não, é como português e alemão”*. (Riso.) É como português e alemão.

Então a FUNAI, com as imensas dificuldades que tem, ao longo do tempo, vem tentando tratar uma diversidade tão grande, com falta de recurso, com falta de sensibilidade.

O índio, para ser ouvido, tem que cometer um crime. Ou ele interrompe uma ferrovia, principalmente se for a Carajás/Itaqui, porque aí a Vale tem que se virar,



por causa do minério de ferro. Como os índios do Maranhão fizeram, há um ano, para poder tirar o diretor da FUNASA no Maranhão. Foi preciso interromper a ferrovia por quase 2 dias, e a Vale teve prejuízo de milhões. Ou então ameaçar, tocar fogo numa torre da ELETRONORTE...

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Derrubar a torre.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Ou derrubar a torre, ou seqüestrar um carro.

No Município de Amarantes estava morrendo, há uns 2 anos, muito índio de pneumonia, e ninguém ouvia esses índios. Aí eles foram e seqüestraram o carro com os funcionários da FUNASA. Foram lá, prenderam os índios, foram atrás de mim, eu procurei a juíza e ela disse: *“Não, mas eles são seqüestrados”*. *“Oh, doutora, eles não estão na Rocinha, não estão em Capão Redondo, de São Paulo. Eles fizeram isso porque é o único jeito que tem de alguém olhar para o que está acontecendo com eles”*. Então, no meio dessas imensas dificuldades, a FUNAI tem cumprido um papel relevante.

Agora, eu gostaria de fazer a primeira pergunta: mesmo estando há apenas um ano à frente da FUNAI, o senhor poderia dizer se houve um avanço ou não.

Porque antes a FUNAI cuidava da saúde indígena. Houve um decreto, parece-me que em 94 ou 95, através do qual a saúde indígena passou para a FUNASA.

Eu gostaria de saber qual a sua avaliação sobre essa transferência de poderes e de recursos para a FUNASA.

Pelo menos eu julgo o Brasil pela minha aldeia, que é o Maranhão. Dizem que quem interpreta a sua aldeia interpreta o mundo. E, no Maranhão, a FUNASA não é fácil, porque os dirigentes é um loteamento político. Os políticos do Maranhão que têm força com o Governo Federal, nós sabemos quem são, é o grupo Sarney. Eles é que colocam lá, independente da sensibilidade da pessoa, se já viu algum índio na vida ou se não viu, se sabe o que é saneamento ou se não sabe. Aí vai para lá, e os resultados não são bons.

Há pouco tempo saiu que só de taxi pagaram 16 milhões, parece-me. Quer dizer, mais do que muitos Estados têm para a saúde indígena.



Então, a primeira pergunta é essa: se houve avanço passando para a FUNASA.

Segundo, outra coisa que me causa muita espécie nesta CPI. Ontem, por exemplo, o doutor, o médico que é o responsável pela saúde indígena — DESAI — disse: *“Olha, esta CPI é mais ou menos sobre o Mato Grosso”*. Não é. Esta CPI é para investigar a causa de morte de crianças indígenas no Brasil, das 222 etnias.

Como em Dourados houve toda aquela repercussão, virou um *case*. Claro que a FUNAI, a FUNASA foram tratar daquilo porque estava dando repercussão. Ninguém sabe, ou pelo menos o Brasil não sabe, o que acontece com os índios em Jenipapo dos Vieiras — lá, há desnutrição, sim. Em Jenipapo dos Vieiras, em Fernando Falcão, no Maranhão, em Barra do Corda,...

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Em Grajaú.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - ...em Grajaú, em Montes Altos, os cricatis, e por aí vai. Lá tem. Não virou um *case* nacional, mas realmente existe.

Hoje nós aprovamos um requerimento. Eu fiz uma reunião, está prevista a ida desta CPI ao Maranhão, e eu procurei as comunidades indígenas, os movimentos; no Maranhão já tem, inclusive, índio formado em Direito, 2 ou 3. E trouxe aqui uns requerimentos que eles me sugeriram. Por exemplo: eles pediram para eu fazer um requerimento aqui pedindo o mapa da cobertura vacinal das crianças indígenas no Estado do Maranhão. Segundo eles, não é feita a vacina. Segundo essas lideranças, não está tendo vacinação para as crianças indígenas, no Maranhão. O mapa do acompanhamento das gestantes tem aqui. Foi feito um requerimento, vai chegar aí o mapa do acompanhamento das mulheres gestantes indígenas, as causas e o número de óbitos de crianças indígenas com idade de zero a 12 anos, mapa de busca ativa dos casos de tuberculose em crianças e gestantes indígenas — segundo eles, há muitos casos de tuberculose —, mapa de internação de crianças e gestantes em uma das Casas de Saúde Indígena — CASAI, bem como nos pólos de base do Maranhão.

Então, eu fui procurar para poder dizer que nós vamos lá e que nós queremos que eles estejam presentes nesse dia lá, para dizer as mazelas.



Um dentista, por exemplo, ele me falou: *“Olha, eu recebo o meu salário, vou para lá e não faço nada, porque não tem nem um tubinho de anestésico, não tem nada de material”*.

Outro me falou que nos cricatis, em Montes Altos, tem um poço artesiano há 3 anos pronto, com bomba e tudo, e nunca conseguiram que a SEMAR, a FUNASA ou a FUNAI, não sei quem de direito, vá fazer a ligação da energia para o poço poder funcionar. Eles continuam bebendo água de buraco, de cacimba, e as crianças morrendo.

O Presidente já está me fazendo gesto de que eu estou falando demais. Quero ressaltar o quanto S.Exa. tem sido um pacificador, um agregador nesta Comissão.

Só para encerrar... acho que já estou com um começo de Alzheimer, porque eu me esqueci. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Excesso de informação.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Excesso de informação, não é?

Eu gostaria que desta CPI, e isso é importante que a FUNAI nos ajude, saia alguma coisa, alguma luz sobre o que acontece hoje na saúde indígena no Maranhão. Se os recursos, no Brasil, são insuficientes, se a burocracia é insuficiente.

Agora voltou a última pergunta que eu quero fazer.

No fim cai nas costas da FUNAI quando morrem as crianças ou os adultos, porque a FUNAI é que é responsável. Mas o poder de tratar das crianças e os recursos estão é com a FUNASA.

Que interação há entre a FUNAI e a FUNASA? São estanques?

A FUNAI não tem a menor autoridade, o menor poder de ação em relação ao que a FUNASA faz em cada um dos Estados.

O que me disseram lá também é que a desorganização é grande. Às vezes um índio está em Barra do Corda e precisa fazer um exame. Parece-me que a base é em Imperatriz. Aí vem para Imperatriz, mas passa primeiro por outra cidade. Se lá não tiver, aí vai para Imperatriz. No fim, para fazer um exame de fezes, tem um



custo que daria para fazer exame de fezes de todos os índios da aldeia. Quer dizer, por conta da descoordenação.

Então, eu deixo aí essa reflexão, mas principalmente que o nosso objetivo ao fazer esse requerimento, ao tentar criar esta CPI, eu sou do PSDB, não é criar uma luta entre o PSDB e PT, cartão corporativo ou não corporativo, é realmente tentar jogar um foco de luz sobre a situação indígena, na saúde, e dar uma força inclusive para os órgãos que tratam disso e que se dedicam a isso.

Eu acho que a FUNASA recebeu isso sem querer. Teve um decreto, empurraram nas costas da FUNASA, com um corpo de funcionários sem a menor vontade, a menor sensibilidade, sem vivência nenhuma com índio, e receberam uma parte importante da vida dos índios que é tratar deles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Chegou em boa hora a sua pergunta.

Querido Deputado Dagoberto, com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Muito obrigado, Presidente, pelo querido.

Dr. Márcio, eu queria primeiro fazer um reconhecimento. Conversava com o Deputado Waldir Neves que no nosso Estado sempre teve uma disputa tamanha na superintendência com vários grupos. Lá nós temos várias etnias e sempre há essa disputa. E pela primeira vez, eu, conversando, até em função desta CPI de que estamos participando, até aqueles que perderam hoje reconhecem o trabalho que o senhor está fazendo, o seu compromisso com a causa. Então é muito difícil achar essa unanimidade. Além de judiarmos aqui do senhor, queria registrar que o senhor também está tendo essa credibilidade com os índios.

Sobre a questão lá da subnutrição. O que nós sabemos é que temos de viabilizar a questão indígena. Eu vou dar um exemplo: nos Estados Unidos, na Flórida, eles resolveram, para poder viabilizar financeiramente os índios, instalar um cassino na aldeia indígena. Na Flórida é proibido. Viabilizou toda a aldeia, e lá, hoje, vive-se muito bem e não há mais problema de nada, porque tem muito dinheiro sobrando.

Não estou dizendo que essa é a saída nossa, porque aqui nós temos outra cultura, outra diferença. Eu não sei mesmo qual é a saída.



Então eu lhe pergunto, objetivamente: qual é a causa? Qual é o problema? Onde é que está pegando que ainda acontece essa questão da subnutrição? Por que está acontecendo isso até hoje? O que o senhor faria, se o senhor fosse o Presidente da República, para resolver esse problema?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Esta Comissão tem, além de harmonizar-se, as bênçãos do Padre Luiz Couto e do Pastor Manoel Ferreira, que vai falar. (*Risos.*) Então nós estamos muito bem, em termos de apoio espiritual.

Com a palavra, uma das maiores autoridades do Evangelho, o Pastor Manoel Ferreira.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO PASTOR MANOEL FERREIRA - Dr. Márcio Augusto Freitas de Meira, eu sou Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro. Represento aqui uma parte da população do meu Estado. Quero agradecer as informações que V.Sa. já trouxe a esta Comissão.

O objetivo principal desta Comissão Parlamentar de Inquérito é investigar as causas, as razões e as conseqüências da morte de crianças indígenas por subnutrição, de 2005 a 2007. Quais são os responsáveis? Quem é o responsável por isso? Quais as causas e quem são os responsáveis? Esse é o fundamento principal desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

As perguntas que eu pretendia fazer aqui, Presidente, parte delas ou quase todas já foram feitas. E eu não vou, de maneira nenhuma, colocar fundamento onde já está posto.

Achei muito interessante — e me preocupa também muito — essa questão da vacinação. Hoje o problema da febre amarela, o problema da malária e de outras doenças infecciosas é um problema sério em todos os lugares neste País. A AIDS e várias outras enfermidades.

Então, eu terminaria perguntando somente — isso já foi feito aqui — a que se deve, qual é a razão, o motivo de tantas mortes e se, por acaso, a FUNAI tem o número dessas baixas anualmente, dentro da população indígena.

Eu fico por aqui.



Agradeço-lhe, evidentemente, as respostas que já deu aqui e as que vão dar e incluo mais essas perguntas nesse rol.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra, por último, o contrerrâneo, Deputado paraibano, Padre Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Sr. Márcio, Presidente da FUNAI, em primeiro lugar gostaria de dar um testemunho como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Sempre tivemos, da parte do Dr. Márcio e da FUNAI como um todo, um acolhimento muito grande. Todas as denúncias que encaminhamos foram, na maioria, resolvidas. É o caso dos índios guaranis, a questão com a Aracruz, no Espírito Santo, a questão da aldeia Monte-Mor, na Paraíba; mesmo a questão da Raposa do Sol que hoje ainda gera conflitos.

Na realidade, verificamos que a própria FUNAI passa por um processo de transformação porque ela foi quase destruída. Ou seja, temos que ter mais pessoas para enfrentar a questão das demarcações, fazer todo um trabalho da história do reconhecimento das áreas indígenas. Verificamos que há uma proposta para que a FUNAI possa responder a todas as demandas das comunidades indígenas, algumas delas nem sequer a FUNAI tem contato de forma permanente.

Mas há uma confusão. Eu, de certo modo, já sei a diferença entre uma e outra. Ou seja, o que compete à FUNAI e o que compete à FUNASA.

Eu acho que, na realidade, estaríamos tratando da questão da saúde das comunidades indígenas, e parece que a FUNAI tem uma competência própria de verificar a questão da cultura indígena, da demarcação de terras, do contato que tem que fazer com etnias que ainda não foram contatadas e do respeito para que essas comunidades não sejam atropeladas no relacionamento.

Muitas vezes, essas pessoas, quando falam da desnutrição, dizem: “a FUNAI”. Vai sempre a referência à FUNAI como sendo a responsável da questão da saúde, e a FUNAI não cuida da saúde. Ou seja, quem cuida da saúde é a FUNASA que tem um departamento específico com relação a isso aqui.

Para ficar claro, eu quero saber o que é competência da FUNAI, o que FUNAI faz, para que a gente não tenha de convocar ou convidar alguém mais da FUNAI para não falar das coisas que são da competência desta CPI.



Uma coisa importante que quero destacar, Sr. Presidente, é que o Dr. Márcio não foge do debate. Questões, mesmo polêmicas, ele está lá colocando a sua posição. Não fica em cima do muro como alguns tucanos. Ou seja, é um homem que assume aquilo porque acredita naquilo que faz.

Então, nesse sentido, quero que seja feita uma síntese do que compete à FUNAI para que saibamos o que é da responsabilidade da FUNAI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Dr. Márcio, o senhor ouviu 9 Parlamentares que fizeram indagações a V.Sa. Algumas já respondidas, outras nesse último bloco.

Passo a palavra ao senhor para, objetivamente, respondê-las. Temos reunião já em andamento do Congresso, pois hoje estamos votando o Orçamento. Como ainda não está na Ordem do Dia, podemos entrar na discussão e votação de requerimentos.

Dr. Márcio com a palavra.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Obrigado, Deputado. Vou tentar ser objetivo. Estou vendo aí a questão do Orçamento que é muito importante também para a FUNAI. Primeiro, quero me justificar porque não pude participar da reunião passada, Deputado, porque, há muitos meses, já estava agendada uma viagem minha importante para a FUNAI e, por isso, não pude estar presente. Mas eu, como disse o Deputado Luiz Couto, já estive na Comissão dos Direitos Humanos em alguns debates e na Comissão da Amazônia e não me furto a debates. O Deputado Madeira já esteve comigo na FUNAI e outros Deputados também e sabem que minha porta lá é aberta para todas as opiniões para essa questão indígena. É uma questão complexa, e estamos sempre abertos ao debate. Foi uma questão de agenda e, por isso, estou aqui hoje, respondendo todas as perguntas. Com relação à questão dos madeireiros do Peru, estamos tomando providências nesse sentido, inclusive no Itamaraty. O Itamaraty já instruiu a Embaixada do Peru sobre essa questão. É uma questão séria. Acho que a pressão sobre a questão da Amazônia, realmente, não pode ser focada só no Brasil. Ela tem que ser focada nos países que compartilham conosco a região amazônica — Peru, Bolívia e Equador, Colômbia, Venezuela, Guianas, Guiana Francesa também. Todos esses países têm responsabilidade também, não só o Brasil. Com relação aos maus-tratos. Toda vez



que recebemos algum tipo de informação de que há algum maltrato ou prejuízo a alguma criança ou a algum indígena, independente de ser criança ou adulto, na relação com a saúde pública, imediatamente informamos à FUNASA que é o órgão responsável pela execução da saúde indígena. O Deputado José Guimarães — não sei se ele ainda está aí — perguntou sobre o que houve sobre mudanças. Eu estou há um ano na FUNAI, e ele perguntou sobre a questão das políticas públicas. Eu posso dizer que, nesse período de quase 12 meses, iniciamos um processo de mudança e já conseguimos fazer uma série de mudanças. A primeira que poderia destacar aqui é a mudança na própria conceituação e na visão que trouxemos para a FUNAI no sentido de que ela tem que assumir o seu papel de instituição responsável pela articulação e coordenação das políticas públicas para os povos indígenas no Brasil. Durante muito tempo, o Deputado Madeira falou isso. Ele está correto. A FUNAI foi vista, como eu disse, como um monopólio de toda a política indigenista. E hoje os próprios indígenas já sabem que isso não é possível. Diante da complexidade, quer dizer, eles mesmos procuram o município, procuram o Estado, procuram o Ministério do Meio Ambiente, procuram o Ministério do Desenvolvimento Social, etc. Então, a FUNAI precisa assumir um novo papel. Então, estamos trabalhando numa reestruturação, numa requalificação da instituição, para que ela possa assumir esse papel de grande articuladora e coordenadora da política pública. Para isso, fizemos uma mudança no PPA para 2008/2011 já nessa perspectiva, muito importante essa mudança, com um programa mais articulado. Nosso programa, que é coordenado pela FUNAI, inclui as ações também da FUNASA, de outros Ministérios. Então, estamos querendo trabalhar numa gestão integrada, para justamente dar mais eficiência e eficácia às ações de políticas públicas. A criação e instalação da CNPI, que foi um passo fundamental para que o diálogo institucional do Estado brasileiro com os povos indígenas acontecesse de uma forma plena, de uma forma transparente, de uma forma franca e formal. O decreto do Presidente da República, os povos indígenas representados, ali presentes de forma paritária com representantes do Governo Federal, com a presença do Ministério Público acompanhando, ou seja, saímos daquela relação muitas vezes até de balcão com os povos indígenas — uma relação assistencialista, no sentido do assistencialismo no sentido negativo, porque também tem o



assistencialismo no sentido positivo — para uma relação política formal, transparente, de definição de políticas públicas com a participação dos povos indígenas. Então acho que esse foi um ponto importante, Deputado, de avanço. Estamos indo para a quinta reunião. Inclusive a reunião próxima da CNPI, que vai acontecer amanhã e depois, será na terra indígena potiguar de Monte-Mor, terra do Deputado Luiz Couto, pela primeira vez vai acontecer dentro de uma terra indígena e vai ser feito lá porque essa terra foi reconhecida pelo Estado brasileiro no final do ano passado, após mais de 20 anos de reivindicação. Mais de 20 anos os índios reivindicavam aquela terra. E agora, finalmente, fizemos o reconhecimento e essa reunião vai se dar lá por reivindicação dos próprios índios. O orçamento também. O Orçamento que esperamos todos ser aprovado hoje, ele prevê, no encaminhamento que fizemos para o Congresso, um aumento significativo no orçamento da FUNAI para este ano de 2008. O orçamento que tivemos no ano passado para este ano, tem um aumento de mais de 50%. Portanto, aumento no orçamento, qualificação no PPA, participação dos índios, instalação da CNPI, uma reformulação da estrutura organizacional, do conceito, e uma postura de diálogo permanente com os povos indígenas. Essa mudança é estabelecida no âmbito da relação da FUNAI com os povos indígenas. Com relação aos processos de demarcação na terra indígena, nós também fizemos um esforço grandioso, nesse último ano, para destravar os processos. Porque, na verdade, o que acontece é que decorre de um outro problema que também foi colocado aqui por vários Deputados, que é a precariedade, a qual a FUNAI foi renegada, digamos assim, nos últimos 20, 25 anos. Às vezes tem setores da FUNAI, coordenações que o coordenador é coordenador dele mesmo. Não tem funcionários, porque se aposentaram. Não tem uma geração nova, porque não foi feito concurso, nos últimos anos. Então, os processos administrativos têm dificuldades, porque são centenas. Temos uma dificuldade institucional herdada de muitos anos, não é uma questão de um único governo; é uma questão estrutural, e estamos enfrentando-a exatamente com essa proposta de plano de cargos e salários, que espero que este ano esteja pronta a proposta e também de reestruturação para que a gente possa abrir um concurso público para renovar os quadros na instituição e a gente poder, com isso, retomar o papel do Estado democrático no território. Com relação à questão do Maranhão, Deputado, o



senhor esteve lá comigo e sabe das dificuldades que temos. No caso de Barra do Corda, havia uma situação de promiscuidade muito grande na administração da FUNAI. Quando lá cheguei, imediatamente tomei providências no sentido de anular aquelas medidas, auditá-las. Estamos esperando essa reestruturação para instalar em Barra do Corda uma administração da FUNAI que seja eficaz, eficiente, para dar conta disso — como conversei como o Deputado Madeira, quando esteve em minha sala, na FUNAI —, para ajudarmos a resolver a questão das torres da ELETRONORTE. Sobre a questão do mapa de vacinação das crianças, eu posso dizer que acho que deve ter sido solicitada à FUNASA essa informação, porque isso não cabe a nós da FUNAI. Com relação à questão da integração FUNAI/FUNASA, na verdade, vários de vocês fizeram essa pergunta. É muito claro. Desde 1999 o decreto transferiu da FUNAI para a FUNASA a atribuição de execução da política de saúde para os povos indígenas. À FUNAI coube, naquele momento, acompanhar e fiscalizar essa política de saúde. Então essa divisão foi feita em 1999, através de um decreto presidencial. De lá para cá — a pergunta que fizeram é se melhorou —, qual é a minha avaliação sobre isso? Eu poderia dizer que houve avanços significativos. Acho que houve melhoras importantes, mas também com dificuldades significativas e dificuldades importantes. Eu acho que não é uma questão que dá para analisar de uma forma geral. Não é generalista a resposta, porque a pergunta, embora ela seja uma pergunta geral, diante da complexidade, da dificuldade, da diversidade das situações dos povos indígenas, cada caso é diferente. Por exemplo, no caso dos potiguará lá em Monte-Mór, temos um trabalho da FUNASA, junto com a FUNAI, que eu poderia dizer que é exemplar. Poderia ser um modelo de prestação de serviços de saúde pela FUNASA, e que a FUNAI está ali ao lado cooperando, fazendo seu papel, fiscalizando etc. Estive lá. Visitei e conversei com os índios, que são unânimes em dizer que estão satisfeitos. Tem problema? Tem. Mas são pequenos problemas que são solucionados no processo. Tem outras regiões a que a gente vai, em que essa situação já é diferente. Uma situação muito mais difícil: a Amazônia Legal. Por exemplo, na região do norte da Amazônia as situações são muito complexas, porque para se chegar numa terra indígena só de avião; não tem barco, não tem estrada, não tem outro meio de comunicação a não ser o avião. E as aldeias são dispersas. São pequenas aldeias, às vezes em territórios extremamente



grandes, com florestas. Então cada situação dessas varia. Por isso poderia dizer o seguinte: na minha avaliação, a partir de 1999, com a transferência, houve uma série de avanços, avanços esses decorrentes da criação, sobretudo, do subsistema de saúde indígena, que foi um avanço importantíssimo. Foi uma conquista. Inclusive, o próprio movimento indígena reivindicava que fosse criado um subsistema de saúde indígena. Distritos sanitários especiais indígenas foram criados; são 34 distritos, com controle social. E tem os conselhos distritais de saúde indígena, com participação dos indígenas. Então é lógico que houve um avanço importante com a criação do subsistema de saúde indígena, com o controle social, a criação dos distritos sanitários. Agora, a implantação de um sistema desses leva tempo. Em muitas áreas isso avançou satisfatoriamente, em muitas outras, precariamente. Mas acho que é como um caminho que a gente sabe que é tortuoso, difícil, mas que a gente sabe que é o caminho. O Ministério da Saúde, que é o Ministério que tem recursos carimbados para a saúde, tem os recursos que a FUNAI não tinha, por exemplo. Muita gente gosta de falar hoje em dia que a saúde indígena está precária e que quando era na FUNAI era melhor. Quem conhece, quem sabe realmente a história da prestação de saúde antes, ainda na época do antigo SPI, depois FUNAI, sabe que não era assim. Sabe que havia sempre dificuldade, porque são difíceis mesmo as circunstâncias para prestação de atendimento à saúde, como falei antes, inclusive pela questão cultural. Então eu acho que essa não é uma questão simples. Portanto, temos de trabalhar no sentido de uma agenda. Quer dizer, qual é a agenda que precisamos construir com a FUNASA para que ela seja fortalecida e dê condições de atender adequadamente a essa população? E qual a agenda que precisa ser construída na FUNAI, para que a FUNAI também seja fortalecida, para que acompanhe, fiscalize adequadamente essa saúde pública? Eu acho que a questão de fundo é a questão do Estado. Qual é o papel do Estado Democrático de Direito no Brasil em relação aos povos indígenas, em relação à saúde? Definindo-se claramente os papéis que já estão definidos — mas quais as condições efetivas que essas instituições do Estado têm para prestar esse serviço hoje, em função de 20, 30 anos de história passada em que isso não foi tratado de forma adequada? Acho que o Deputado Madeira colocou uma questão. Muitas vezes, a questão indígena é esquecida. Não tem visibilidade. Então essa invisibilidade muitas vezes é que resulta



também nessa questão de termos instituições que são centrais para o atendimento de uma parcela importante da população brasileira pela sua qualidade, não pela sua quantidade; pela sua qualidade formadora da sociedade brasileira, matriz da sociedade brasileira. Essa definição dos dois papéis dessas duas instituições — eu acho que a questão de fundo é essa. Qual é o papel do Estado e qual é a agenda? E aí, nesse sentido, acho que o Congresso Nacional tem tido um papel importantíssimo, porque tem provocado esse debate, e precisamos trabalhar no sentido de avançar, inclusive na legislação. Com relação às causas — porque essa é a pergunta do Deputado Dagoberto, do Deputado Pastor Manoel Ferreira, e também do Deputado Luiz Couto —, o que, na nossa avaliação, seria a causa dessa questão da desnutrição e quem seria o responsável? Acho que em parte isso está na minha resposta anterior. As causas são muitas. Eu diria que uma parte dessas causas é o fato de que, nos últimos anos, sobretudo nos últimos 30 anos, dos anos 1970 para cá, houve uma profunda transformação na dinâmica social do Brasil como um todo. E essa transformação também aconteceu com os povos indígenas. Hoje há um nível de interação, de relação intercultural dos índios com a sociedade brasileira, mil vezes maior do que foi 30 anos atrás. Isso tem conseqüências graves, do ponto de vista de saúde. Por exemplo, questão de epidemias, até questões culturais. Os povos indígenas têm uma opção, ou várias, para o futuro deles, e as estão construindo nos últimos anos. Por exemplo, o acesso à universidade, a ida para as cidades para trabalhar e ter oportunidade — mas sem deixar de ser índio. Houve uma mudança muito importante no perfil dos povos indígenas brasileiros nos últimos anos, e isso ainda é um fenômeno novo, inclusive pouco ainda tratado. É a questão, por exemplo, da urbanização de muitos indígenas, que estão migrando para as cidades, vivendo nas cidades. Muitas cidades na Amazônia, sobretudo, têm uma população indígena significativa. Como Manaus, que tem mais de 20 mil índios. Então, como, por exemplo, atender à educação e à saúde diferenciada dos índios que vivem em Manaus? É uma questão que... O Estado brasileiro ainda não trabalhou sobre isso adequadamente. E não só saúde, como outras questões de atendimento. Então eu diria que a causa da desnutrição de crianças é decorrente desse fenômeno, ou desses multifatores, que vão das pressões externas das terras indígenas, da questão da ilegalidade... Por exemplo, na Amazônia brasileira,



principalmente no conhecido arco do desmatamento, a pressão da ilegalidade sobre as terras indígenas é imensa. Madeireiros ilegais, garimpeiros ilegais; e o que é pior: como essa ilegalidade é grande, arroteiros também ilegais. A questão é que isso provoca também, Deputado, um problema sério, que é a gente não identificar com clareza os legais também. Quanto mais a gente tem uma situação aí de ambigüidade, de pressão, a gente tem dificuldade também de saber identificar quem está fazendo o trabalho correto — porque tem também gente que explora madeira de forma correta, legal; tem gente que desenvolve atividades do agronegócio de forma legal, não é? Então, essas pressões, essas situações de conflito, vulnerabilidade social e ausência do Estado Democrático de Direito no território leva, muitas vezes, a essa situação. Então, eu acho que...

O SR. DEPUTADO PASTOR MANOEL FERREIRA - Presidente, desculpe. Só dentro desse esclarecimento, eu perguntaria: esses madeireiros, esse pessoal, eles tratam o negócio com o índio ou há alguma instituição que faz o trato do recurso, da contribuição, do pagamento? É feito ao índio mesmo, ao índio que está na posse, ali?

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Infelizmente, Deputado, tem 2 tipos de situação: tem desde madeireiros que entram em terra indígena ilegalmente, que exploram as terras indígenas, agredindo a população indígena com coisas ilegais, mas há casos também que, pela vulnerabilidade, em função da vulnerabilidade, e da ausência do Estado... Muitas vezes, algumas lideranças indígenas, nessa vulnerabilidade, são cooptadas também. Muitas vezes, por essa ilegalidade que as cerca — certo? Então eu acho que esse conjunto de fatores de várias ordens é que, digamos assim, leva a situações em que... provocam situações como essa da desnutrição. O que fazer para resolver essa questão? Eu tenho defendido muito isso. Eu acho que nós precisamos, o Estado brasileiro — não o Estado brasileiro, mas a Nação brasileira —, a Nação brasileira precisa compreender claramente que em várias áreas do território brasileiro nós precisamos ter a presença do Estado Democrático de Direito, ou seja, do Poder Executivo nas suas instituições de proteção, promoção, fiscalização. O caso da FUNAI é um exemplo, o caso da FUNASA é outro exemplo, mas tem outros: o IBAMA e outros. Essa presença é necessária e importante, mas também do Poder Judiciário, também o



Ministério Público. De tal forma que nós possamos cumprir com o grande desafio que o Brasil tem. E o Brasil é o único país do mundo que ainda tem essa possibilidade, que é a de se desenvolver e crescer sem prejuízo aos direitos humanos das populações minoritárias, como é o caso dos povos indígenas, ou ao meio ambiente. Agora, é difícil porque não tem modelo. Nós vamos seguir que modelo? Dos Estados Unidos não pode. Do Canadá também. Da Austrália também. Da Europa também não. Não tem modelo. Eu costumo brincar dizendo que a grande diferença entre o Brasil e os Estados Unidos em relação aos índios é a dos generais: lá era o General Kuster; aqui é o General Rondon. Então, eu acho que a diferença histórica... Um dizia que... Um não dizia, ele matava; o General Rondon dizia: *"Morrer se preciso for, matar nunca!"* Portanto, eu acho que o caminho por que o Brasil optou desde Rondon foi o caminho da proteção, e esse desafio de como o Brasil pode ser uma grande nação, um grande país, um grande mercado também, uma economia pujante etc., sem que isso signifique o prejuízo, digamos assim, a submissão das nossas populações tradicionais, dos povos indígenas e do meio ambiente. Eu acho que é possível fazer isso. Nós temos que construir e dar o exemplo. Nós podemos dar o exemplo para o mundo de que é possível fazer isso. Então, eu acho que o grande desafio é esse, é como nós podemos fazer isso. Acho que o Congresso Nacional cumpre a sua parte. Na nossa visão, a visão que nós temos — eu como militante do indigenismo, enfim, da causa indígena há muitos anos —, todos nós sabemos da importância que teve o Congresso Nacional, sobretudo o Constituinte, para que nós pudéssemos ter avançado o que avançamos no Brasil, nesse campo. Temos ainda que avançar mais, certamente. Mas era isso... Eu poderia responder às perguntas. São perguntas complexas, e as respostas também precisam ser complexas.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. Presidente, quero pedir aqui, também, que ele repassasse a situação de subnutrição dos índios. O senhor vai mandar um relatório para nós, sobretudo, sobre que ocorreu de morte e subnutrição indígena aqui para a CPI. E poderia, também, já com isso, passar também às denúncias de maus-tratos e, também, as de índios que falam sobre irregularidades com o dinheiro público. Se tiver todas essas denúncias, se o senhor puder passar aqui para nós, para a CPI...



O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Como falei, essas informações são informações que nós, na FUNAI, a partir de desnutrição, de maus-tratos... São informações que nós, na FUNAI, não temos, porque se trata de atribuição exclusiva da FUNASA — não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - As informações de ordem sanitária são de competência da FUNASA, que já foi oficiada através de requerimento, inclusive do Deputado Sebastião Madeira. E alguns pontos nós haveremos de receber.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Trinta segundos, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Trinta segundos.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - É. Estou na fila.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Mas, antes dos seus 30 segundos...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Não. Vá, vá nos 30, vá nos 30!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Mas aos 30 de V.Exa., com a aquiescência...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Tenha paciência, Deputado Geraldo Resende!

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Dr. Márcio, eu também concordo. Tive de sair porque estou inscrito lá no negócio do Orçamento. Foi até para recuperar o orçamento da FUNASA, que é importante, que foi cortado em relatórios setoriais. Eu gostaria, eu gostei do discurso, da vontade do senhor de apontar que a FUNASA cumprisse seus compromissos... Digo a FUNAI. Mas é importante que a gente, além do discurso, a gente comece também a fazer com que nossos subordinados também façam a tarefa. Eu quero me reportar a uma situação que discuti com o senhor. Na Comissão Externa, eu, enquanto Deputado, participando daquela Comissão, consegui sensibilizar um Deputado de outro Estado, o Deputado Gabeira, para ver se a gente poderia construir a primeira Vila Olímpica Indígena do País, para fomentar, inclusive, o esporte entre a população indígena adolescente lá na minha cidade, que estão levando para o suicídio e para o alcoolismo. Conseguimos 700 mil, colocando a emenda no Orçamento na área do Ministério do Esporte. Foi empenhado esse Orçamento, no Orçamento de 2006; apresentamos no



final de 2005. Há quase 2 anos, a burocracia da FUNASA está lá nos escaninhos... Da FUNAI, da FUNAI. Há quase 2 anos nós ainda temos dificuldade de fazer essa obra, de fazer essa ação virar obra. Então por isso é que eu gostaria que se pudesse verificar a situação, para que a gente, quando for lá a Mato Grosso do Sul, a gente poder verificar que já está se iniciando uma obra que tem um recurso empenhado. E, além de empenhar, o recurso já está pago na Caixa Econômica e a obra ainda não saiu do papel para a gente construir a primeira Vila Olímpica Indígena do País e realmente solucionar, pelo menos em parte, alguns dos problemas que a gente enfrenta lá.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Esses 30 segundos do Geraldo Resende mudaram, hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O assunto é apaixonante. Então o Deputado Geraldo Resende multiplica por quantas vezes a importância do assunto requer. É verdade!

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Ainda que muitos já tenham saído, eu queria fazer esses 2 registros. O primeiro, Sr. Presidente da FUNAI, Dr. Márcio, isso é muito importante para a CPI. A fala do Dr. Márcio e a sua exposição aqui colocam uma coisa, uma questão que é muito decisiva: a busca de se construir uma política pública de Estado. Porque sai governo e entra governo e ela fica para sempre. Falo de política perene, aquela que de fato enfrenta com radicalidade os problemas que este Brasil é obrigado a conviver. Portanto, eu quero, na verdade, parabenizá-lo pela exposição. E estava até comentando com o Deputado Sebastião. Mais do que a fala, V.Sa. é um militante da causa. Está no sangue! Isto é muito importante para quem está dirigindo uma instituição tão delicada como é a FUNAI. No meu Estado, Dr. Márcio, tem comunidades que não têm a mesma característica que têm outras comunidades, no Maranhão e no Mato Grosso, mas que têm características indígenas; e reivindicam que essas comunidades sejam reconhecidas como tal. Tem comunidades em que a dificuldade é extrema. Às vezes, não quer nem receber um agente do Estado — não é? Porque essa é a cultura. Então, chama



muito a atenção V.Exa. ter colocado que se deve interagir, fazer com que se quebre essa barreira e diminuir esse ato que existe nessas comunidades tradicionais indígenas com o Estado. Isso é fundamental. Na verdade, o que eu queria era parabenizar. E só para brincar no final. O Deputado Waldir Neves não está aqui, mas eu também me sinto orgulhoso em ser do PT e ter nas nossas fileiras um quadro da sua competência. Obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, só uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) – Mas 30 segundos?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sim, 30 segundos. É a questão do índio que sai da comunidade. Ou seja, que sai para estudar, para fazer alguma coisa, mas aquele que abandona e vai procurar a cidade e aí é rejeitado na cidade e não pode voltar porque a própria comunidade....Como a FUNAI tem tratado essa questão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado, antes de o Dr. Márcio responder e na resposta já se despedir, nós queremos pacificar na Comissão, com a presença dos senhores aqui... Nós vamos iniciar a Ordem do Dia daqui a pouco, do Congresso, estamos convocando a reunião próxima para terça-feira, dia 14, só para aprovação de requerimentos. Temos mais 8 requerimentos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Às 14h do dia 18. Desculpem. Então terça-feira nós podemos votar todos os requerimentos. Os senhores concordam? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com relação aos Requerimentos nºs 3 e 4, nós temos.... Tem que haver acordo, porque não tem acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Na próxima terça-feira, Deputado Couto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Vamos votar na terça-feira com ampla discussão.

Comunico também que, através de participação direta, decisiva, o Deputado Vicentinho Alves conseguiu coordenar as nossas visitas aos Estados do Mato Grosso e do Maranhão.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Mato Grosso do Sul, Deputado Geraldo Resende. Eu me penitencio todas as vezes com V.Exa. Dia 27 de março, Dourados; dia 28 de março, Campo Grande, com o Deputado Madeira, com os Deputados do Maranhão; dia 3 de abril, Imperatriz; dia 4 de abril, Imperatriz também. Dias 27, 28, 3 e 4 serão oficialmente as nossas visitas, amanhã estarão nas caixas....

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, considerando que não começou a Ordem do Dia, V.Exa. não poderia se sensibilizar para que nós avançássemos e votássemos os requerimentos? É uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Nós poderemos votar os requerimentos. Deixa o Dr. Márcio se despedir, e aí eu sentirei a temperatura de V.Exas.

Dr. Márcio, ao se despedir, a Comissão quer agradecer, a Presidência desta Comissão, em nome do seu Relator, a sua presença. Foi uma reunião muito produtiva para todos nós. O senhor viu o empenho suprapartidário desta Comissão com a causa. Estamos aqui há mais de 2 horas e 30 minutos discutindo essa matéria. O senhor nos encheu de informações e avança, certamente, na produção de um relatório que a competência do Deputado Vicentinho, com a apoio de todos, haverá de fazer para progredir nessa questão.

Tem a palavra a V.Sa. para as suas despedidas, referindo-se a algum tipo de indagação que lhe foi feita. O senhor agora aproveita para responder também. Tem a palavra V.Exa.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Em primeiro lugar, queria mais uma vez agradecer o convite à Comissão. Para mim, é sempre uma oportunidade de trazer informações, esclarecer, debater a questão indígena aqui na Câmara dos Deputados. Para mim isso é muito importante, sobretudo quando o nível do debate é como o de hoje, um nível elevado. Nesse sentido, eu queria responder ao Deputado Geraldo Resende, dizendo que já tinha falado com ele há pouco sobre essa questão, não sabia dessa iniciativa, para a gente verificar o que realmente está aí acontecendo para, efetivamente, a gente ver o que pode ser feito em relação à emenda. Com relação à pergunta do Deputado Luiz Couto, a FUNAI



acompanha, mas com muita dificuldade, essa questão de indígenas que saem da cidade e que efetivamente perdem esse contato, ou por alguma dissensão da comunidade. É difícil, porque muitas vezes vão para as grandes cidades. Então, acho que este é um fenômeno que é um grande desafio, diríamos um dos maiores desafios da política indigenista brasileira daqui para a frente, que é a questão dos índios que estão vivendo nas cidades. Queria agradecer muito os comentários feitos pelo Deputado a meu respeito. Acho que o que precisamos fazer na FUNAI é isso. Como eu disse, é uma causa, não é fácil, é uma tarefa árdua, porque é complexa a questão. Ela implica em muitos conflitos de interesses, mas nós estamos enfrentando com toda a firmeza, para que a gente possa avançar cada vez mais na proteção e promoção do direito desses povos. Essa questão que eu citei no final, eu queria agradecer todos e dizer no final o seguinte: acho que tem uma questão importante também, eu falei da questão da presença do Estado como um dos grandes desafios, mas tem um outro ponto que eu acho muito importante. As terras indígenas, no Brasil, hoje, principalmente na Amazônia Legal, mas não só na Amazônia Legal, são as áreas de florestas cerrados mais protegidas do País. Elas são mais protegidas do que todas as unidades de conservação, que são de responsabilidade do IBAMA. Por que isso? Porque os povos indígenas estão lá, fiscalizando, acompanhando. É importante dizer isso porque, nos últimos 500 anos, os índios protegeram essas florestas. E eu diria que talvez nos próximos talvez sejam as florestas que vão defender esses povos indígenas. Eu acho que é muito importante que a gente veja, cada vez mais, a relação existente entre as terras indígenas, o direito desses povos e a sustentabilidade socioambiental que tem essas terras para o futuro do planeta, não só o futuro do Brasil. Porque, hoje, 40% da Amazônia Legal estão protegidas graças às terras indígenas e às unidades de conservação. E as unidades de conservação, aliás, as terras indígenas representam 23% desses 40%, quase um quarto da Amazônia Legal, que são preservadas florestas. Essa é uma dívida a mais que temos com os povos indígenas. Agora, é a dívida ambiental. Então, queria encerrar com essa questão, porque eu acho que ela é muito importante para o debate sobre a questão indígena aqui no Congresso. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Fique com a liberdade de se despedir. Vamos continuar a nossa Ordem do Dia, porque, pela primeira vez, estamos com facilidade de concluir a aprovação dos requerimentos. Os senhores. já têm em mãos os requerimentos.

O Requerimento 48/08, do Deputado Geraldo Resende. Peço apenas aos autores que não se manifestem, porque são requerimentos, na sua maioria, consensuais.

“Solicita que seja convidado a prestar informações...” Vamos votar? Se o senhor não quiser votar nós retiramos de ofício sem problema algum.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr .Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deixe-me despedir do Dr. Márcio aqui. (*Pausa.*) Eu estou energizado aqui e posso continuar, não tem problema. Vamos votar? Deputado Geraldo, V.Exa. é o autor do primeiro requerimento.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu gostaria, Sr .Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Os senhores estão construindo o consenso, que construam o consenso. Os senhores tem 2 minutos para construir o consenso, o.k?

Temos 8 requerimentos em pauta. Já votamos um que foi o requerimento de prorrogação por mais 30 dias. Se V.Exas. concordarem, temos *quorum* regimental. Se algum Deputado levantar o *quorum*...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, eu discuti com os Deputados José Guimarães e João Magalhães, até porque alguns autores dos requerimentos não estão aqui. Então, acho que podíamos postergar essa discussão até para o clima não acirrar dentro da presidência da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Fica entendido, se foi construído esse entendimento...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nós votamos o seguinte: há um requerimento do Geraldo em que é importante a presença da Subprocuradora-Geral da República, Dra. Deborah Duprat, e o do Vicentinho, que é o Relator. Votamos esses 2 e deixamos os outros para depois..



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Vamos votar esses 2 requerimentos e respeitar a ausência daqueles que não estão aqui por alguma razão, e eles votam na terça-feira.

Deputado Geraldo.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sem discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Sem discussão.

Em votação o requerimento do Deputado Geraldo Resende, que “ solicita que seja convidada a prestar informações a Subprocuradora-Geral da República”.

Aprovado.

O requerimento do Deputado Vicentinho, que “solicita que seja convidado a prestar informações um dos seguintes coordenadores do CONDISI — Conselho Distrital de Saúde Indígena: Carmem Pankararu (PE), o Sr. William Cesar Lopes Domingues (Altamira) e o Sr. Nelson Mutzie (Vilhena)”.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado por unanimidade.

Fica retirado de ofício o restante dos requerimentos. Esta Presidência convoca os Srs. Parlamentares para reunião a realizar-se na próxima terça-feira, às 14 horas.

Tenham todos uma boa-noite e fiquem com Deus.